

18/03/2011

[Rodoanel Norte: obra ainda neste ano](#)

[Revoluções e riscos para as empresas brasileiras](#)

[Conflito paralisa obras da usina hidrelétrica Jirau](#)

[Grupo anuncia obras de R\\$ 700 milhões](#)

[Petista confirma privatização dos aeroportos](#)

[Outras obras do Estado vão atrasar](#)

[BR-280 tem um trecho liberado](#)

[Maior obra civil em andamento](#)

[Gasoduto vai atrair indústrias](#)

[Infraestrutura sustentável permite reduzir custos](#)

[TCU garante economia de R\\$ 57 mi em Confins](#)

[Investimentos de R\\$ 2 bi](#)

[Editais de Confins será republicado](#)

[Programa vai incentivar aumento do número de engenheiros no país](#)

[Governo Federal intervém em Jirau](#)

[Governo inaugura rodovia, escolas e terminal rodoviário em União](#)

[BR-277 é liberada e Porto de Paranaguá volta a receber caminhões normalmente](#)

[DER aponta 21 pontos críticos nas estradas que atendem o Litoral](#)

[Secretário destaca em Brasília união para recuperar rodovias do Paraná](#)

[Jorge Viana viabiliza união da bancada do AC e RO para construção da ponte do Rio Madeira](#)

[Diretor de Obras recebe dossiê para conclusão da ERS-422](#)

[Ministro atende Blairo e libera R\\$10 milhões para rodovia federal em Colniza](#)

[Ipea lançou boletim sobre mão de obra no Brasil](#)

[Camargo Corrêa envia 50 ônibus para tirar 19 mil trabalhadores de Jirau. Força Nacional foi convocada](#)

[O mais importante dos BRTs](#)

[Ministro recebeu parlamentares de SC para discutir sobre a BR-101 Sul](#)

[Construtoras gaúchas se unem e formam a holding Nex Group](#)

[Concessão de terminais à iniciativa privada é elogiada pelo setor aéreo](#)

[Setor hoteleiro investirá R\\$ 40 bi em dez anos](#)

["Estamos preparando forte intervenção nos aeroportos"](#)

[Pleno confirma a suspensão](#)

[Verba do PAC garantida](#)

[Exportação cai 39% via Pecém](#)

[Usinas do Brasil passarão por testes](#)

[DER é condenado a pagar mais de R\\$ 3 milhões à construtora](#)

[PI: metrô receberá recursos do PAC](#)

[Petrobras investirá R\\$ 1,3 bi em unidade](#)

[Setor ferroviário ganha novo impulso](#)

[Mais engenheiros](#)

[Inflação da construção civil sobe 7,38% em 12 meses](#)

[Operários querem reajuste salarial](#)

[Vagas para construção civil e indústria têxtil](#)

[Funtrab abre vagas para engenheiro civil e arquiteto](#)

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo

Data: 18/03/2011

Rodoanel Norte: obra ainda neste ano

Governo quer começar construção em novembro, mas moradores de municípios que serão cortados pela estrada pedem mais discussão

Renato Machado e Paulo Saldaña

O governo de São Paulo pretende começar ainda neste ano as obras do Trecho Norte do Rodoanel, o último e mais polêmico do anel viário. O novo cronograma da gestão Geraldo Alckmin (PSDB) prevê que as duas partes que faltam sejam construídas ao mesmo tempo - o Leste teve o contrato de concessão assinado há uma semana e o grupo vencedor vai iniciar os trabalhos em até seis meses.

O Trecho Norte terá 44 km, com acessos nas Avenidas Raimundo Pereira de Magalhães e Inajar de Souza, além de alças para os Trechos Oeste e Leste e para o Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos.

A Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa) espera até maio conseguir a licença prévia, primeiro passo do empreendimento. "Protocolamos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e agora os municípios vão indicar as necessidades de compensação", disse o presidente da Dersa, Laurence Casagrande Lourenço.

Com a licença, a Dersa pretende lançar o edital até junho e concluir a licitação até outubro. As "obras brutas" começarão em novembro, segundo o governo.

O traçado final será decidido apenas no momento de liberação da licença prévia. A Dersa afirma que vai defender a rota prevista no EIA, que corta parte da área urbana no norte da capital e um pedaço da Serra da Cantareira, por isso a necessidade de seis túneis no percurso.

A diretoria da Dersa se reuniu ontem com uma missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que deve financiar R\$ 2 bilhões do projeto. O Trecho Norte custará R\$ 5,86 bilhões. Um terço será bancado pelo governo federal.

Reação. A pressa do governo do Estado para começar as obras ainda neste ano provocou a reação de municípios envolvidos. "O Trecho Norte é muito importante para Guarulhos e para o Estado. Porém, o projeto não pode ser imposto pela Dersa", afirmou em nota o prefeito Sebastião Almeida (PT).

"Se o projeto for levado para licenciamento vai chover ações civis", acredita o advogado Carlos Eduardo de Castro Souza, que representa moradores do Jardim Itatinga, na capital.

PARA LEMBRAR

O Trecho Leste do Rodoanel também começa a sair do papel neste ano, no máximo em seis meses. A obra será feita em regime de concessão, no qual o vencedor da licitação poderá explorar os pedágios dos Trechos Sul e Leste, mas precisará construir todo o ramal leste - que vai de Mauá, no Trecho Sul, até a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá.

O contrato foi assinado no dia 10 deste mês. Além do início das obras, a concessionária SPMar também está liberada para começar a cobrar pedágio no Trecho Sul, previsto para julho. O valor será de pelo menos R\$ 2,40.

Veículo: Valor Econômico

Data: 18/03/2011

Revoluções e riscos para as empresas brasileiras

Fernando Henrique Cunha e Fábio Alves Moura

Ao longo das últimas duas décadas as empresas brasileiras vêm ampliando gradualmente sua presença e atuação internacional. Essa atuação, ainda tímida em alguns setores, é bastante proeminente em áreas como as de infraestrutura e construção pesada, em que empresas brasileiras são bem competitivas e ocupam posições de liderança em alguns mercados complexos. A crise nos países árabes, no entanto, ajuda a lembrar de forma brutal que no capitalismo global não há oportunidade sem risco.

Comprovando essa máxima, a despeito das enormes oportunidades e da riqueza altamente concentrada de grande parte dos países da região, os riscos ali adquirem proporções semelhantes. Para além da tragédia humana, as revoluções e levantes em andamento em quase todo o mundo árabe, que já atingiram mais de dez países e podem espalhar-se ainda mais, certamente prejudicam toda a economia da região, mas podem afetar de modo particularmente significativo o andamento dos projetos de grande porte e de longo prazo, como os de infraestrutura.

Se por um lado era impossível há três meses prever as diversas revoluções e levantes ora em andamento, a instabilidade potencial da região vinha de um risco estrutural originado pela conjunção de uma série de fatores, como uma economia excessivamente dependente do petróleo, a escassez futura do mesmo e sua substituição gradual por outras fontes de energia e regimes políticos repressivos, não representativos e que lastreavam seu poder político e apoio internacional no interesse energético. Isso sem falar nas crises demográfica e hídrica eminentes e que podem ter resultados catastróficos não só para a região mas para a economia mundial como um todo.

Esses fatores, apesar de típicos do Oriente Médio e norte da África, geram riscos que se repetem, por diversos motivos, em grande parte do mundo em desenvolvimento. Desde o fim da Guerra Fria a tensão dos riscos políticos havia diminuído muito com a ideia de um mundo unipolar no qual reinaria a Pax Americana, a ponto de ser quase relegada a segundo plano, mesmo após o 11 de setembro, que grande parte do empresariado e dos setores políticos brasileiros identificou como um problema concentrado principalmente nos Estados Unidos. A estatização das duas refinarias da Petrobras na Bolívia em 2007, no entanto, trouxe essa preocupação novamente à tona.

Pela complexidade dos grandes projetos, que demandam enormes investimentos e um prazo amplo para a sua realização, e porque estão diretamente ligados à prestação de serviços essenciais à população, como obras de saneamento básico, transporte, energia etc, o setor de infraestrutura é extremamente sensível do ponto de vista político, o que o leva naturalmente a uma significativa dependência de um contexto político minimamente favorável.

Ainda que durante sua expansão internacional as preocupações centrais das grandes construtoras brasileiras no exterior tenham sido de ordem cambial e concorrencial, os levantes nos países árabes evidenciam com clareza o último grau de uma longa escala de problemas de origem política que tais projetos podem enfrentar.

A mudança de regime pode levar a um novo governo que, fruto da formação de um novo jogo de poder, influências e interesses, tenha portanto prioridades totalmente diferentes

para o setor. Como o processo revolucionário implica no mais das vezes a adoção de uma nova constituição e de novas leis, a possibilidade de ruptura unilateral dos contratos e concessões, de reestatização de ativos, de bloqueio de pagamentos, de congelamento de contas bancárias e de remessas ao exterior e, em casos extremos, mesmo a negação de autorização para que executivos e outros empregados da empresa deixem o país, podem voltar à ordem do dia.

Se, por um lado, a retirada pela Petrobras e pelas grandes construtoras dos cidadãos brasileiros da Líbia ao longo dos últimos dias, inclusive por meio de aviões e navios fretados exclusivamente para essa operação, mostra a amplitude e relevância da atuação dessas empresas no exterior, cumprindo inclusive um papel que alguns poderiam alegar ser do próprio Itamaraty, mostra também a força e a capacidade de mobilização das mesmas. Por outro lado, no entanto, o fato de a Odebrecht reenviar seus mais de 2 mil funcionários que trabalhavam na Líbia para seus países de origem demonstra que a situação, ao menos no que tange aos projetos de infraestrutura no país, não se deve estabilizar tão cedo.

Nesse contexto ressurgem, entre outras, a preocupação com o equacionamento dos riscos políticos, tradicionalmente mitigados por meio de seguros de risco político. Essa ferramenta, porém, além de cara, deve ser customizada por iniciativa ou sob supervisão da seguradora para as características de cada projeto, o que pode reduzir seus custos e aumentar em muito sua eficiência. Além disso, ela está longe de ser a única forma de lidar com tais riscos, uma vez que sua mitigação pode e deve ser incorporada à estratégia de internacionalização da empresa e incluir a análise minuciosa de tratados bilaterais para a proteção de investimentos, além da utilização de ferramentas de hedge, estrutura societária com triangulação internacional e instrumentos contratuais indiretos de mitigação, entre outros mecanismos.

Considerando que, como diversos analistas já previram desde o início das manifestações na Tunísia em janeiro, essa onda de violência popular contra regimes ditatoriais pode espalhar-se para regiões muito além do mundo árabe, como a Rússia, segundo preocupação expressa pelo próprio presidente Medvedev, e Angola, onde já há manifestações populares agendadas para o início de março, as multinacionais brasileiras atuando nesses países ou com planos e projetos para tanto, em especial as dos setores de infraestrutura, devem sim manter e mesmo intensificar sua atuação internacional, dada sua competitividade, diferenciais e enormes oportunidades, porém incorporando os elementos desta nova realidade e a gestão estratégica dos contratos e dos riscos políticos ao seu planejamento geral de internacionalização.

Fernando Henrique Cunha é sócio da FH/Cunha Advogados Associados

[<volta>](#)

Veículo: Valor Econômico

Data: 18/03/2011

Conflito paralisa obras da usina hidrelétrica Jirau

Juliana Ennes | Do Rio

O confronto entre trabalhadores na usina do Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, aumenta o risco de atraso na entrega da hidrelétrica, cujo início das operações estava previsto para março de 2012. O presidente do consórcio ESBR, vencedor da licitação, Victor Paranhos, disse que as obras estão totalmente paradas.

Ontem, novo confronto na usina levou ao incêndio de alojamentos e escritórios que ainda não tinham sido destruídos pelos distúrbios ocorridos na quarta-feira, com queima e destruição de diversos ônibus que fazem o transporte dos trabalhadores e alojamentos. O presidente do ESBR relatou que o motim começou com um desentendimento entre um motorista desses ônibus e um operário. Isso teria deflagrado uma onda de violência no local. "Não sabemos por quanto tempo vai parar (a obra), mas temos que voltar ao controle do canteiro de obras. O episódio pode provocar reavaliação (de prazos)", disse Paranhos. Ele contou que a polícia foi acionada para conter o motim e a Força Nacional de Segurança também deve ser deslocada para a área. Os seguranças da obra não portam armas. A sensação geral no entorno da obra é de instabilidade. "As pessoas que trabalham lá estão nervosas e inseguras. Isso também cria insegurança para investimentos".

O empreendimento é uma obra gigantesca, da ordem de R\$ 13 bilhões no rio Madeira, previsto para gerar mais de 2 mil MW de energia firme. O grupo Suez é o principal acionista, com mais de 50%. Empresas do grupo Eletrobrás têm aproximadamente 40%. O grupo Camargo Corrêa, responsável pela obra, é sócio minoritário.

Paranhos afirmou que a construção já passou de 60%, o desvio do rio praticamente concluído e cerca de 50% dos equipamentos no canteiro. Esses equipamentos, disse, assim como dois armazéns de explosivos, estão preservados e sob vigilância policial.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de SP
Data: 18/03/2011

Grupo anuncia obras de R\$ 700 milhões

Empreendimentos orçados em cerca de R\$ 700 milhões, para diferentes setores, acabam de entrar no portfólio do Grupo Advento. A carteira total para 2011 é de R\$ 1,5 bilhão. Três empresas do grupo vão ser responsáveis pela construção da fábrica da empresa alemã Continental Pneus em Camaçari (BA).

A Serpal vai se responsabilizar pela construção civil da obra, estimada em R\$ 350 milhões; a Vox Engenharia, vai cuidar das instalações mecânicas e das montagens industriais, enquanto a Vecotec Sistemas de Climatização ficará encarregada do sistema de ar-condicionado e de ventilação. A obra criará 800 empregos.

"É mais uma obra do grupo no conceito de engenharia integrada", diz Juan Quirós, presidente do Advento.

Outra obra será a planta da Eldorado Celulose, considerada pela empresa como a segunda maior fábrica de papel e celulose do mundo.

O investimento em Três Lagoas (MS) será de R\$ 150 milhões e envolverá um centro de secagem, uma linha de fibra e um forno. A obra demandará 800 empregos. A Votorantim, por sua vez, investirá R\$ 200 milhões na construção de mais duas fábricas de cimento, no Maranhão e no Paraná.

[<volta>](#)

Veículo: Folha de SP
Data: 18/03/2011

Petista confirma privatização dos aeroportos

A presidente Dilma Rousseff enviará até o final de março ao Congresso a medida provisória que cria a Secretaria Nacional de Aviação Civil, com status de ministério.

Em entrevista ao jornal "Valor Econômico", ela afirmou que prepara uma "forte intervenção" nos aeroportos do país. O plano incluirá a privatização de novos aeroportos e terminais, conforme a Folha informou em janeiro.

Os aeroportos são considerados um dos principais gargalos de infraestrutura no país. Além do crescimento do mercado interno, há preocupação com a Copa, em 2014, e a Olimpíada de 2016.

Dilma afirmou ainda que o governo fará a ampliação de aeroportos com recursos públicos e organiza concessões ao setor privado. Como exemplo de concessões, citou a construção de novos terminais ou novos aeroportos. "Não temos preconceito contra nenhuma forma de expansão do investimento nessa área, como não tivemos nas rodovias", disse.

Ela afirmou que a construção de aeroportos por concessão pode funcionar como a de hidrelétricas. Dilma disse ainda que o Brasil precisa de mais aeroportos regionais, para desafogar capitais e grandes centros.

Em janeiro, a Folha antecipou que o governo planejava entregar à iniciativa privada a construção e a operação dos novos terminais de Guarulhos e de Viracopos.

[<volta>](#)

Veículo: Diário Catarinense
Data: 18/03/2011

R\$ 60 MILHÕES PARA RODOVIAS

Outras obras do Estado vão atrasar

Com investimento emergencial para reparar vias estaduais, cronograma da reforma da Ponte Hercílio Luz fica comprometido. O investimento emergencial de R\$ 60 milhões para a recuperação das rodovias danificadas pela chuva deve comprometer o orçamento para obras importantes do Estado, como a restauração da Ponte Hercílio Luz e a duplicação da SC-401, no Norte da Ilha de Santa Catarina. O secretário de Infraestrutura, Valdir Cocalchini, afirmou que o cronograma dos projetos pode ser atrasado em dois meses.

Dos R\$ 60 milhões, R\$ 10 milhões serão repassados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) e devem ser liberados na próxima semana. O Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra) protocolou um pedido de recursos ao Ministério de Integração Nacional, mas o governo do Estado não deve esperar a resposta para começar a recuperação das rodovias.

– Temos que encontrar soluções caseiras, alongar cronogramas de obras para ter uma folga de caixa e fazer os investimentos emergenciais – diz Cocalchini.

A recuperação das rodovias deve consumir um quinto do orçamento da secretaria previsto para este ano, que é de R\$ 350 milhões. Entre as obras em andamento, e que podem sofrer

atrasos estão o acesso ao Porto de Itapoá e a pavimentação dos acessos a Macieira, Abdon Batista, Paial, Anitápolis, Chapadão do Lageado, Mirim Doce e Entre Rios.

Já foram investidos R\$ 6 milhões somente para desobstruir as vias e restabelecer o tráfego. Mais de 20 rodovias precisam ser recuperadas devido às enxurradas de verão.

A última chuva forte ocorreu na semana passada no Norte do Estado, causando a queda de barreira que bloqueou a BR-376, que liga Santa Catarina ao Paraná. O fluxo aumentou na via alternativa, a SC-301, na Serra dona Francisca, que, segundo Cobalchini, precisará de uma revitalização. O presidente do Deinfra, Paulo Meller, afirma que existem rodovias que ainda não foram pavimentadas e estão em estado caótico, como o trecho da SC-302, na Serra do Corisco, entre Taió e Santa Cecília, que está interdita desde janeiro.

Para o presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas de Santa Catarina (Fetranscesc), Pedro Lopes, priorizar a restauração das rodovias que sofreram estragos por causa da chuva é uma medida urgente, que supera a necessidade de ampliar a malha viária.

Treze rodovias serão recuperadas

- SC-301 (Joinville-São Bento do Sul e acesso a Fragosos)
- SC-450 (Serra do Faxinal)
- SC-285 (Serra da Rocinha)
- SC-439 (Corvo Branco)
- SC-302 (Serra do Corisco)
- SC-407 (Tangará-Luzerna)
- SC-418 (Blumenau-Pomerode)
- SC-416 (Pomerode-Jaraguá)
- SC-474 (Blumenau-Massaranduba)
- SC-407 (Rancho Queimado-Santa Rosa de Lima)
- SC-438 (Gravatal-Tubarão)
- SC-439 (Braço do Norte-Grão Pará)
- SC-485 (Jacinto Machado-Sombrio)

[<volta>](#)

Veículo: Diário Catarinense

Data: 18/03/2011

BR-280 tem um trecho liberado

Foi liberado na noite de quarta-feira, parte do trecho do quilômetro 105 da BR-280, que havia deslizado entre Corupá e São Bento do Sul. Essa foi a terceira queda de barreira a interromper a passagem naquela rodovia desde o começo do ano. Operários do Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit) continuam no local e a previsão é de que a outra parte da estrada seja liberada ainda hoje.

Por causa do deslizamento no quilômetro 105, motoristas que viajavam de Corupá a São Bento do Sul e estavam usando o desvio na comunidade de Rio Novo Alto, estão tendo de usar a Estrada dos Bugres. Esse caminho aumentou em 25 quilômetros o percurso para quem precisava ir ou voltar de São Bento do Sul. Os desvios para quem precisa passar pela Serra de Corupá são necessários por causa da interrupção do quilômetro 89 e 94, onde também ocorreram deslizamentos de pista.

Segundo secretário de Infraestrutura de Corupá, Antônio Vicente Tureck, mesmo que seja liberada hoje a outra parte interditada da rodovia, os motoristas que optarem pelo desvio do Rio Novo Alto devem ter cuidado.

– Caso chova, aquele trecho pode ficar intrafegável – afirma.

[<volta>](#)

Veículo: Diário Catarinense

Data: 18/03/2011

Maior obra civil em andamento

Responsável por planejar o fornecimento de energia para o Brasil, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) planejou e levou a leilão em 2008 o projeto de uma usina no Rio Madeira, em Rondônia, que sozinha corresponderia a 80% da expansão da demanda do Brasil até o ano de inauguração, prevista para 2014. Por este motivo, a obra é tida como fundamental para evitar situações como o racionamento ocorrido no Brasil em 2001. É a maior obra civil em andamento no país.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que, Jirau interligada ao sistema nacional, a produção poderá ser distribuída por todo o Brasil. O maior mercado consumidor é o Sudeste, seguido do Sul, informa Silvio Areco, diretor executivo da consultoria Andrade & Canelas, especializada no setor.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) explica que uma vez na rede, a energia pode ser transportada por todos os estados conforme a necessidade de cada um. Os destinos são defender em alterações num programa de computador que fica na usina produtora.

O diretor executivo da Andrade & Canelas diz que Jirau pode gerar até 3,4 mil MW, mas que a quantidade não é permanente o ano todo. A usina funcionará com o chamado fio d'água, sistema que não conta com reservatório, e as turbinas são movidas pela vazão do rio. A obra está a 130 quilômetros de Porto Velho, em local com bastante chuva durante seis meses, período de produtividade máxima. No restante do tempo, é época de seca e a produção diminui. Mesmo assim, não há níveis inferiores a 2,1 mil MW.

Areco ressalta que o método permite que os operadores do sistema façam um planejamento para quando usar e quando poupar a água existente nos reservatórios de outras hidrelétricas.

Ele afirma que logo depois do anúncio da construção houve muito protesto, principalmente de ambientalistas. O fato foi agravado porque a EPE planejou duas usinas no Rio Madeira: Jirau e Santo Antônio.

Os questionamentos foram contornados e, desde então, os problemas terminaram. A obra seguia em ritmo acelerado e o cronograma está adiantado em 33 meses. A calma acabou na terça-feira, quando estourou a revolta. O diretor executivo da Andrade & Canelas não acredita que haja relação com possíveis danos ao meio ambiente.

[<volta>](#)

Veículo: Diário do Comércio - MG

Data: 18/03/2011

Gasoduto vai atrair indústrias

Implantação do trecho do Gasbol até Uberaba favorecerá a busca por novos aportes.

A implantação do ramal do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) ligando o interior de São Paulo a Uberaba, no Triângulo Mineiro, e da planta de amônia da Petrobras no município já mobiliza o governo do Estado na busca de mais investimentos para a região.

Ontem, o governador Antonio Anastasia afirmou - durante a solenidade que marcou a assinatura do protocolo de intenções com a Petrobras e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para a construção de ambos os empreendimentos, realizada em Uberaba - que já estão sendo realizados estudos para identificar novos investimentos ligados ao setor que possam ser viabilizados na região.

"O gasoduto será um ímã de investimentos para Uberaba e região. E o governo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Integrado (Indi), montou um grupo de estudos para identificar as muitas oportunidades que irão surgir", disse durante discurso.

A previsão é de que sejam realizados aportes de cerca de R\$ 3 bilhões em ambos os empreendimentos. Somente para a implantação da unidade de amônia da Petrobras será investido US\$ 1,3 bilhão pela estatal. Já para o ramal do Gasbol, serão destinados mais R\$ 750 milhões em recursos da Cemig, que é controladora da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) e responsável pela obra.

Além do governador mineiro e dos representantes das estatais federal e estadual, a cerimônia para a assinatura do protocolo de intenções também contou com a presença da presidente Dilma Rousseff. A planta de amônia da Petrobras integra a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

De acordo com o governador Antonio Anastasia, a implantação do gasoduto será um ímã de investimentos para Uberaba e região.

Fertilizantes - Em seu discurso, Dilma Rousseff destacou a importância desses investimentos em Uberaba, principalmente pelo fato de o Brasil ser hoje dependente da importação de fertilizantes, já que 58% da amônia utilizada nesses produtos vêm do exterior.

"O Brasil, mesmo sendo um país de forte tradição agrícola, perdeu espaço na cadeia produtiva de fertilizantes por não produzir os insumos necessários, como potássio e amônia. Nesse sentido, não só a agricultura será beneficiada com a nova planta da Petrobras, como também toda a indústria dependente do gás", afirmou.

A presidente disse que R\$ 11,2 bilhões serão aplicados pelo governo federal na produção de insumos fertilizantes nos próximos anos e que a ideia é transformar o Brasil em um futuro exportador desse tipo de produto.

"A estratégia é semelhante à adotada com a Petrobras, que hoje tem uma das maiores reservas mundiais de petróleo. Queremos ser autossuficientes em fertilizantes, já que é um absurdo importarmos quase 60% do que é consumido no Brasil. Mas temos que buscar mais que isso, temos que buscar também ampliar nossa participação nesse mercado", ressaltou.

Infraestrutura - A presidente em exercício da Petrobras, Graça Foster, que também participou do evento, disse que a instalação da planta de amônia em Uberaba só pôde ser

viabilizada em função dos vários investimentos realizados pela estatal nos últimos oito anos em infraestrutura de transporte de gás.

"Nesse período, implantamos mais de 5 mil quilômetros de gasodutos em todo o país. Trata-se de um trabalho árduo, com investimentos que somaram R\$ 40 bilhões", afirmou. Ela destacou a parceria com a Cemig para a implantação do ramal e garantiu que as obras serão concluídas em 2014, com a inauguração da unidade prevista para o final daquele ano. Segundo a executiva, neste momento, está sendo realizado o projeto básico da unidade, que, por enquanto, recebe o nome de UFN V e terá capacidade de produção de 519 mil toneladas de amônia por ano. Ela irá consumir 1,257 mil metros cúbicos de gás natural por dia.

[<volta>](#)

Veículo: Diário do Comércio - MG
Data: 18/03/2011

Infraestrutura sustentável permite reduzir custos

CARLOS HENRIQUE SIQUEIRA*.



Elevado do Joá tem problemas estruturais sérios

Pelo elevado do Joá, principal ligação entre as zonas Oeste e Sul do Rio de Janeiro, passam diariamente cerca de 80 mil carros. Em Brasília, a ponte Juscelino Kubitschek é um cartão-postal da cidade, pela qual circulam em torno de 60 mil carros por dia. A ponte JK foi interditada em fevereiro, enquanto o elevado do Joá tem problemas estruturais sérios. Essas duas obras-de-arte especiais têm em comum a sua localização e importância estratégica para o trânsito dessas duas capitais. Têm também a mesma origem dos problemas: a falta de manutenção.

Em evento recentemente ocorrido no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), divulgou-se que o Brasil conta atualmente com cerca de 5 mil pontes e viadutos sob gestão pública federal, malha essa com extensão de cerca de 300 mil metros. Desse total, cerca de 10%, ou 500 estruturas, têm problemas sérios e exigem manutenção urgente.

Para realizar esses reparos, o governo federal lançou um plano inédito para manutenção, reparo e alargamento dessas estruturas, denominado Programa de Reabilitação de Obras-de-Arte Especiais, sob a gestão desse órgão vinculado ao Ministério dos Transportes. O investimento estimado para essas obras iniciais de manutenção é de cerca de R\$ 1 bilhão. Mas há muitas outras pontes e viadutos que também necessitam reparos e, assim, o

investimento global nesse segmento está estimado em cerca de R\$ 5,8 bilhões, para o período 2011-2014.

Esse plano de ação é bastante positivo e necessário, mas não é suficiente. O ideal é que o governo federal e os governos estaduais e municipais incluíssem em seus editais de licitação de projetos e obras rodoviárias e viárias a necessidade da especificação de materiais sustentáveis, ou seja, duráveis, como, por exemplo, os vergalhões de aço galvanizado na estruturação do concreto armado, procedimento já em uso nos Estados Unidos e na Europa. Assim, a necessidade de manutenção poderia ser reduzida, em termos de custos e operacionalmente, com a utilização de insumos mais resistentes à corrosão, um dos três itens mais citados como freqüentes no mapeamento feito recentemente pelo Dnit.

De acordo com engenheiros especialistas em concreto e patologias de estruturas, a corrosão do concreto armado é uma lesão crônica, observada em obras-de-arte especiais. Isto porque, na maioria das obras, não é atendida a espessura mínima de cobertura das armações exigida por norma. Além disso, o concreto, mesmo quando bem produzido - incluindo a mistura, o transporte, o lançamento, o adensamento e a cura -, apresenta microfissuras e porosidades, as quais favorecem as infiltrações e problemas relacionados à corrosão dos vergalhões de aço da estrutura do concreto armado, principalmente quando as juntas de dilatação não funcionam a contento, deixando passar com facilidade as águas pluviais. Após o início da corrosão do aço a tendência é de que, devido à expansão das barras, o concreto sofra trincas e fissurações.

A médio e longo prazo, se essas patologias não forem sanadas, podem se transformar em lesões estruturais graves, exigindo manutenção urgente, de grande vulto, com custos que podem ser equivalentes ao da construção de uma nova ponte ou viaduto, dependendo do estado das discontinuidades, com o agravante adicional de gerar problemas na operacionalidade da via durante o período de obra.

A maneira mais econômica e eficaz para minimizar o risco de corrosão no concreto armado é garantir uma espessura de cobertura adequada e que o concreto em si seja denso e impermeável. Apesar deste conhecimento, a corrosão das armaduras é uma patologia freqüentemente observada nas estruturas em concreto armado, principalmente em pontes e viadutos.

Este pode ser o resultado de má concepção ou a utilização de concreto de qualidade inadequada em condições agressivas. No entanto, também pode ser devido a deficiências simples no revestimento oferecido pelo concreto às armações principais e aos estribos, como espessuras insuficientes para a devida proteção.

Para atenuar esses efeitos, uma série de abordagens estão disponíveis, entre elas o revestimento intrínseco do aço tem sido amplamente utilizado, pois oferece uma série de vantagens:

- Aumenta o tempo de sanidade da estrutura antes que ocorra o início da corrosão do aço e reduz os riscos de fissuras, manchas de oxidação e desagregação do concreto;
- Aumenta a vida útil da estrutura;
- Reduz a freqüência e a magnitude dos reparos do concreto;
- O aço fica protegido contra corrosão antes de ser imerso no concreto.

Dentre os possíveis métodos de revestimento do vergalhão, destaca-se a galvanização por imersão a quente que, além de conferir a proteção por barreira, isolando o aço dos agentes agressivos, proporciona proteção catódica. O processo de galvanização por imersão a quente, também conhecido como galvanização a fogo, consiste na imersão do aço em um banho de zinco fundido a 450°C. Durante essa imersão, ocorre a reação metalúrgica entre o aço e o zinco, produzindo um revestimento contínuo formado por uma série de camadas de liga ferro-zinco e uma camada mais externa de zinco puro.

Essa ligação metalúrgica garante forte aderência do revestimento ao metal-base, muito superior se comparada a outras formas de revestimento. Além disso, as camadas de ferro-zinco do revestimento apresentam dureza maior que o aço em si, conferindo ao vergalhão galvanizado elevada resistência à abrasão. De forma geral, os vergalhões galvanizados podem ser tratados do mesmo modo que os vergalhões sem revestimento e não exigem precauções especiais para proteger o revestimento durante o manuseio, transporte e instalação na obra.

Os vergalhões galvanizados atendem aos requisitos da norma NBR 7480:2007 - aço destinado a armaduras de concreto armado. O processo de galvanização a quente não afeta as propriedades mecânicas do aço de reforço e também não altera as características para dobramento. O zinco tem um limite de pH de passivação muito maior do que o do aço, o que faz com que o vergalhão galvanizado resista melhor aos efeitos da redução do pH produzidos pela carbonatação, à medida que o concreto envelhece. E, ainda, ensaios comprovam que o vergalhão galvanizado possui aderência ao concreto similar à do vergalhão sem revestimento.

Mundialmente, tem sido adotada uma vida útil elevada para grandes estruturas de concreto armado, como pontes, viadutos e portos, a exemplo da Europa, onde a maioria das pontes e túneis são projetados, desde o início da década de 1990, para uma vida útil superior a 100 anos. Para o atendimento desses padrões em estruturas expostas a ambientes agressivos, torna-se necessária uma metodologia de projeto que contemple todas as variáveis que auxiliem na longevidade da estrutura. A utilização de barras galvanizadas proporciona maior vida útil à estrutura devido a um processo corrosivo diferente do aço protegido.

De maneira geral, é possível estimar que a galvanização proporcionará uma vida útil de quatro a cinco vezes maior que a do aço desprotegido no concreto. Essa vida útil adicional dependerá de diversos fatores, tais como: projeto da estrutura; natureza e qualidade do concreto e agressividade do meio ambiente.

É importante também assinalar a experiência internacional de ponta nessa área. Estados Unidos e Europa são exemplos de países e regiões com forte preocupação com a manutenção de suas rodovias, incluindo as pontes e viadutos, tanto por questões técnico-econômicas como por segurança da sociedade que delas faz uso. Tanto os países europeus quanto os Estados Unidos utilizam vergalhão galvanizado em suas obras-de-arte especiais, e os benefícios deste cuidado podem ser constatados com uma comparação que atesta a vantagem dessa política: especialistas avaliam que os custos anuais de manutenção de pontes e viadutos no Brasil alcançam entre 30% e 50% do valor atualizado de construção, enquanto nos EUA esse percentual é de apenas 0,5%, na Europa 1,5% e no Japão de 2,5%.

* Consultor-técnico do Instituto de Metais Não Ferrosos (ICZ), engenheiro civil, com mestrado e doutorado em patologia das estruturas; consultor da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S/A; e professor do Programa de Pós-Graduação do Instituto IDD, de Curitiba-PR

[<volta>](#)

Veículo: Jornal Estado de Minas
Data: 18/03/2011

TCU garante economia de R\$ 57 mi em Confins

Depois de tribunal apontar irregularidades e suspender edital para obras de ampliação, Infraero refaz concorrência. Diferença é suficiente para construir 1.187 casas populares. A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) vai publicar até dia 23 o novo edital para as obras de modernização e ampliação do terminal 1 de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. O novo edital traz uma redução de R\$

57 milhões no preço da obra, que passa a ter valor de R\$ 237,8 milhões. No edital anterior o projeto estava orçada em R\$ 294,75 milhões e o preço foi um dos motivos que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a determinar a suspensão temporária do processo de licitação.

Segundo a Infraero, foi feita uma revisão e readequação metodológica de soluções de engenharia e de composições de preços de serviços da obra de reforma. Os cofres públicos agradecem a revisão de custos. Só para se ter ideia, com a economia de R\$ 57 milhões é possível construir 1.187 casas populares dentro do programa Minha Casa, minha vida na capital, 12 escolas populares de 3 mil metros quadrados e 47 centros de saúde.

A Infraero também vai permitir a participação de consórcios na obra, limitado a até três empresas. Este foi outro ponto importante avaliado pelo TCU ao suspender o edital. O tribunal avaliou que a proibição de participação de consórcios poderia restringir o universo de possíveis participantes. O novo edital traz ainda uma redução na Bonificação de Despesas Indiretas (BDI) diferenciada para fornecimento e instalação de equipamentos eletromecânicos.

A previsão de BID excessivo nos itens de fornecimento de materiais foi outro item questionado pelo ministro Valmir Campelo, do TCU. O despacho do ministro suspendeu o edital em 9 de fevereiro por considerar que a licitação apresentava sobrepreço de R\$ 45,98 milhões no valor da obra, entre outras irregularidades. O ministro relatou que o edital adotou um BDI com valor superior ao considerado aceitável pelo TCU. Foi previsto no primeiro edital da Infraero um BID de 23,35% para os serviços na aquisição de materiais. O índice foi acima do considerado como viável pelo TCU, de 13,04%.

A Infraero encaminhou na semana passada ao TCU a minuta com as alterações no edital da licitação das obras. Na quarta-feira o tribunal suspendeu a medida cautelar e permitiu a republicação do edital da obra de reforma de Confins. Segundo a Infraero, a abertura dos envelopes com as empresas interessadas está prevista para ser feita 35 dias depois da publicação do novo edital.

TERMINAL 2 O governo de Minas espera a Infraero aprovar os termos de referência do projeto do terminal 2 para publicar o edital do seu projeto executivo, previsto para sair em abril. "O terminal 1 e o 2 são projetos de implementação independentes", afirma Luiz Antônio Athayde, subsecretário de Investimentos Estratégicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede).

Em abril vai ser feita ainda uma nova audiência para ser republicado o edital do aeroporto industrial de Confins, anexo ao aeroporto. Nenhuma empresa mostrou interesse na licitação realizada em 23 de fevereiro. O processo foi encaminhado à área comercial da Superintendência Regional do Sudeste da Infraero, onde está sendo analisado para manifestação sobre a concorrência.

ENTENDA O CASO

>> A publicação do edital de modernização e ampliação do terminal 1 de Confins, previsto para sair em 29 de dezembro, foi adiada. A Infraero não definiu nova data

>> Em 6 de janeiro a Infraero publicou o edital de reforma do aeroporto, com obras orçadas em R\$ 295 milhões

>> A abertura dos envelopes com empresas interessadas no edital é marcada para 21 de fevereiro

>> Em 9 de fevereiro o Tribunal de Contas da União (TCU) suspende a licitação das obras por avaliar que o edital apresentava sobrepreço de R\$ 45,98 milhões, entre outras irregularidades

- >> A Infraero se compromete a fazer adaptações no edital, conforme exigências do TCU. A abertura dos envelopes com empresas interessadas é adiada
- >> Em 16 de março o TCU acata as correções da Infraero e libera a empresa para republicar o edital
- >> A Infraero informou ontem que vai publicar novo edital de reforma de Confins até o dia 23.

O QUE MUDA NO EDITAL QUE A INFRAERO VAI PUBLICAR

EDITAL ANTERIOR

- >> Valor da obra era de R\$ 295 milhões
- >> Não poderia haver participação de consórcios
- >> Havia sido adotado um Benefício de Despesas Indiretas (BDI) com valor superior ao considerado aceitável pelo TCU. Foi previsto um BID de 23,35% para os serviços na aquisição de materiais.
- >> Foi realizada especificação técnica insuficiente do sistema de segurança e inspeção de bagagens

NOVO EDITAL

- >> Valor da obra passa a ser de R\$ 237,8 milhões
- >> Fica permitida a participação de consórcios, limitados a até três empresas
- >> Houve uma redução na Bonificação de Despesas Indiretas (BDI) diferenciada para fornecimento e instalação de equipamentos eletromecânicos;
- >> Foi realizada uma revisão e readequação metodológicas de soluções de engenharia e de composições de preços de serviços

[<volta>](#)

Veículo: Jornal Estado de Minas

Data: 18/03/2011

Investimentos de R\$ 2 bi

A fábrica de amônia será implantada no local onde funcionava uma firma de fertilizantes. Obras começam este ano

Uberaba – Depois de oito anos de negociações, o Triângulo Mineiro receberá investimentos de cerca de US\$ 2 bilhões para construção de uma fábrica de amônia e um gasoduto em Uberaba. A presidente Dilma Rousseff (PT) e o governador Antonio Anastasia (PSDB) assinaram ontem protocolo de intenções para as obras, que têm previsão de início no primeiro semestre do ano que vem e de término em 2014. Com capacidade de produção de 519 mil toneladas por ano e aliada à construção de outra unidade de fertilizantes nitrogenados (UFN) no Mato Grosso do Sul, a fábrica uberabense tornará o país autossuficiente no setor. Hoje, o Brasil importa 60% da amônia que consome.

A amônia é matéria-prima para a produção de mono-amônio-fosfato (MAP), um fertilizante misto que contém fósforo e nitrogênio e é usado, principalmente, em culturas de milho, café, algodão, laranja e cana-de-açúcar. Atualmente, a amônia é importada, por meio do Porto de Santos, de Trinidad e Tobago e Venezuela, tornando o Brasil quarto maior importador de fertilizantes do mundo, atrás de Estados Unidos, China e Índia. Com intenção de reverter o quadro, a Petrobras investirá cerca de US\$ 1,3 bilhão, recurso do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), na planta de amônia em Uberaba, chamada de UFN V. Serão gerados 5 mil empregos no período das obras e 300, quando entrar a fábrica em operação.

"Diante da crise de 2008, houve um aumento imenso do preço dos alimentos. Naquele momento, fizemos um diagnóstico em que destacamos com o (então) presidente Lula a importância que os fertilizantes tinham na produção de alimentos, tanto para agricultura de grande escala quanto na familiar", disse Dilma, em discurso no evento, destacando que o país ficaria livre das oscilações cambiais. Além de Minas, que tem o Triângulo como principal polo de fertilizantes de fosfato do país, a unidade atenderá demandas de Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

Além da UFN V, a estatal está desenvolvendo três projetos no segmento. O Complexo Gás-Químico (UFN IV), em Linhares, no Espírito Santo, com capacidade de produção de 665 mil toneladas por ano de ureia e 684 mil toneladas/ano de metanol, tem previsão de entrar em operação em 2015. Já a UFN III, em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, recebeu em fevereiro a licença de instalação, com expectativa de ficar pronta em 2014, e deve produzir 1,2 milhão de toneladas de ureia e 81 mil toneladas de amônia – tornando-se a maior unidade de fertilizantes nitrogenados por ano. Hoje, operam duas unidades no Brasil: Fafen-BA, na Bahia, e a Fafen-SE, em Sergipe.

GASODUTO A construção da fábrica só foi acordada depois que o governo mineiro se ofereceu para fazer investimentos em infraestrutura. Em 2009, o então governador Aécio Neves (PSDB) escreveu uma carta ao então presidente Lula assumindo o compromisso de construir um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) em Uberaba com recursos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). As negociações começaram em 2003, envolvendo a disputa com Mato Grosso do Sul pelo investimento, que acabou saindo para os dois estados.

O gasoduto, que deve ter cerca de 270 quilômetros, ligando São Carlos, em São Paulo, à Uberaba, é insumo para a produção da amônia. O traçado está sendo estudado por técnicos da Cemig e da Petrobras esta semana. As obras estão estimadas em cerca de R\$ 750 milhões e modelo societário para a construção deve ser definido este mês. Sem citar previsão de data, Anastasia disse que o gasoduto deve ser expandido à Uberlândia, também no Triângulo. "(O gasoduto) vai permitir a atração de outras empresas, não só desse setor, mas de outros segmentos que também usam gás como insumo", disse. Segundo o prefeito de Uberaba, Anderson Adauto (PR), dez empresas já manifestaram interesse em criar unidade no município quando o gasoduto estiver pronto. (AA)

[<volta>](#)

Veículo: Jornal do Comércio - MG
Data: 18/03/2011

Edital de Confins será republicado

Após mudanças propostas pelo TCU, obras estão agora orçadas em R\$ 237,8 milhões. O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou ontem a republicação do edital de licitação para as obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O órgão havia suspenso o documento original em fevereiro, após encontrar irregularidades que apontavam superfaturamento no valor das intervenções.

O orçamento inicial projetado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) era de R\$ 295 milhões. Em função das alterações reivindicadas pelo TCU, o montante foi revisto para R\$ 237,8 milhões, o que representa uma economia de R\$ 57,2 milhões aos cofres públicos.

De acordo com a assessoria de imprensa da Infraero, o novo edital será divulgado até 23 de março. A empresa informou que está finalizando os procedimentos técnicos e administrativos regimentais. A previsão é de que os envelopes com as propostas inscritas sejam abertos 35 dias após a republicação do documento.

Além da modificação no orçamento, o edital prevê outras alterações, como a participação de consórcios, limitados em até três empresas, no processo licitatório. Também houve a redução da Bonificação de Despesas Indiretas (BDI) e a revisão metodológica de soluções de engenharia e composição de preços, a partir do entendimento entre a Infraero e o TCU. Tais mudanças culminaram na diminuição dos custos da obra em 19,3%.

Conforme a nota expedida pelo tribunal, o órgão havia emitido uma medida cautelar para a suspensão da licitação por observar irregularidades, entre as quais indícios de sobrepreço da ordem de 47,35%. Ainda de acordo com o tribunal, a Infraero atendeu às exigências do relator, ministro Valmir Campelo, e foi autorizada a prosseguir com os procedimentos licitatórios.

Apesar de a licitação ter sido sucessivamente postergada desde dezembro, o relator esclareceu, no comunicado apresentado ontem ao plenário do TCU, que "a matéria requer tratamento prioritário, haja vista envolver obra integrante do portfólio da infraestrutura necessária à realização da Copa do Mundo de 2014".

A previsão original da Infraero era de que as obras fossem iniciadas em maio. A estatal estima que, com a conclusão do projeto, o Terminal 1 passará de 60,3 mil metros quadrados para 67,6 mil metros quadrados, aumentando a capacidade de atendimento de 5 milhões para 8,5 milhões de passageiros.

Na primeira etapa das obras previstas inicialmente, serão realizadas várias modificações na estrutura, como a ampliação do saguão, com a retirada da atual via de acesso interna do terminal, e a substituição de todas as escadas rolantes, elevadores e a troca das nove pontes de embarque de passageiros por novos equipamentos.

A estimativa da Infraero é de que, durante a Copa do Mundo de 2014, o aeroporto esteja apto a receber 13,5 milhões de passageiros por ano, o dobro dos cerca de 7 milhões registrados em 2010. A projeção é de que, em 2014, o tráfego de passageiros em Confins chegue a 12,5 milhões ao ano.

[<volta>](#)

Veículo: Agência Brasil
Data: 17/03/2011

Programa vai incentivar aumento do número de engenheiros no país

Aloizio Mercadante Pesquisa e Inovação engenheiros ministro programa Rio de Janeiro - O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vão implementar ainda este ano um programa para aumentar o número de engenheiros no país.

O anúncio foi feito hoje (17) pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, durante visita à Coppe, onde ele proferiu a aula inaugural. Segundo Mercadante, o Brasil tem um engenheiro para cada 50 formandos. Já a Coreia, assinalou, tem um engenheiro para quatro formandos. Esses dados, assinalou, evidenciam que há um déficit de engenheiros no país.

[<volta>](#)

Veículo: Agência Estado

Data: 18/03/2011

Governo Federal intervém em Jirau

BRASÍLIA - Depois de ouvir a Camargo Corrêa e avaliar as informações do Ministério das Minas e Energia e dos relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Planalto decidiu mobilizar um contingente da Força Nacional e da Polícia Federal para assumir o controle dos canteiros da construtora na usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. A presidente da República, Dilma Rousseff, acompanha a situação e pediu que a retirada e acomodação dos trabalhadores fossem feitas com segurança.

Usando pelo menos 300 ônibus, a construtora retirou para a capital, Porto Velho, seus 19 mil trabalhadores dos canteiros nas duas margens do Rio Madeira, paralisou tudo e não tem prazo para a retomada das obras. Ao todo, a empresa tem 22 mil trabalhadores envolvidos na construção da usina, uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que forma o complexo hidrelétrico do Madeira junto com a usina de Santo Antônio. Roberto Silva, gerente de Relações Sindicais e Trabalhistas da Camargo Corrêa, admitiu ao Estado que "a cidade não comporta tanta gente" e que a solução foi pagar transporte terrestre e aéreo para os trabalhadores que pedem para voltar aos estados de origem. A empresa estava usando prédios do Sesc e do Sesi para acomodar algumas centenas de operários.

Ontem, a direção do consórcio da usina, o grupo Energia Sustentável do Brasil (ESBR), e o ministério decidiram que a primeira providência, depois do controle na área de segurança, é começar a reerguer os refeitórios e os alojamentos, o que viabilizaria o retorno paulatino dos trabalhadores aos canteiros. Hoje, o governo estadual e a empresa devem divulgar medidas para provar que têm o controle da área, tanto assim reverter os pedidos de demissão que muitos trabalhadores estão fazendo.

[<volta>](#)

Veículo: Governo do Piauí

Data: 17/03/2011

Governo inaugura rodovia, escolas e terminal rodoviário em União

O governador Wilson Martins vai, nesta sexta-feira (18), ao município de União para inaugurar a rodovia PI 363. Na cidade, o governador vai até a comunidade Divinópolis, onde fará o descerramento da placa inaugural da Unidade Escolar Professora Elisa Sousa. Em União, Wilson Martins visita as obras de restauração e reabilitação da Rodovia PI 112, que liga a comunidade Novo Nilo, em União, ao município de Miguel Alves.

Na agenda que cumpre em União, o governador inaugura ainda o 14º Posto do Ciretran e o terminal rodoviário Valter Alencar e vai entregar à população a reforma da Unidade Escolar Murilo Braga.

[<volta>](#)

Veículo: Agência Estadual de Notícias – PR

Data: 17/03/2011

BR-277 é liberada e Porto de Paranaguá volta a receber caminhões normalmente

A emissão das senhas para caminhões carregados de granéis irem ao Porto de Paranaguá já está normalizada. Com a liberação da BR-277 no Km-26 para tráfego contínuo em pista simples, a expectativa é que nesta sexta-feira (18) a estrada volte a receber fluxo normal de veículos.

“O esforço conjunto do Governo do Paraná, da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e da Ecovia permitiu que fosse realizado um rápido restabelecimento das vias de acesso ao porto. Nossa operação não foi prejudicada em nenhum momento e, a partir de agora, vamos começar a recompor os nossos estoques”, disse o superintendente Airton Vidal Maron.

As senhas estão sendo liberadas pelo sistema Carga Online, que faz o gerenciamento do fluxo logístico dos veículos até o porto, estabelecendo quotas diárias de recebimento de caminhões e vagões para cada terminal/operador, dimensionando os fluxos e diminuindo filas. As cargas só são liberadas para virem ao porto quando existe local disponível em armazém para receber o produto e navio nominado para receber a carga.

O pátio de triagem do Porto de Paranaguá recebeu 522 caminhões da meia-noite do dia 16 até às 7h desta quinta-feira (17) hoje. Durante a manhã, 200 caminhões ocupavam o pátio de triagem, sendo que o normal neste período do ano é receber 1.200 caminhões/dia. O corredor de exportação embarcou 35,5 mil toneladas de granéis na quarta-feira (16), produtividade ainda baixa se comparada com o dia anterior e causada pela chuva que prejudicou os embarques. Em dias normais, com condições climáticas adequadas, são movimentadas 100 mil toneladas por dia de granéis no porto.

De acordo com as informações da Ecovia, na quarta-feira (16), 3.960 caminhões passaram pela BR-277 nos dois sentidos, o que representa 60% do fluxo normal para o período. Com a liberação para tráfego nos dois sentidos no km-26, a BR-277 continuará com 17 quilômetros de lentidão e tráfego em pista simples. Mas a expectativa da concessionária é diminuir este trecho gradativamente no menor espaço de tempo possível.

A ALL segue fazendo testes nos trechos de instabilidade da ferrovia ao longo da Serra do Mar. A previsão é de retomada das atividades nesta sexta-feira (18).

[<volta>](#)

Veículo: Agência Estadual de Notícias – PR

Data: 17/03/2011

DER aponta 21 pontos críticos nas estradas que atendem o Litoral

Ponte metálica sobre o Rio Sagrado, em Morretes. Construída pelo 5.º Batalhão de Engenharia do Exército.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER) concluiu, nesta quinta-feira (17), o levantamento dos danos que as chuvas causaram nas rodovias do Litoral. Foram afetados com mais gravidade 21 pontos nas PRs 340 (Antonina – Cacatu – Bairro Alto), 410 (BR-116 – São João da Graciosa – Antonina) e 408 (BR-277 – Morretes – PR-410). O DER alerta que outros acidentes podem ocorrer até o terreno ter estabilidade.

O DER mantém todos os funcionários e equipamentos da Superintendência Regional Leste nos trabalhos emergenciais no Litoral e monitora as condições de tráfego nas estradas. O levantamento dos serviços necessários para a recuperação total será encaminhando à Coordenadoria de Construção de Obras e Intervenções, do Comitê de Emergência criado pelo Governo do Estado.

PONTOS – O DER recomenda que os motoristas tenham cuidados ao trafegar pela PR-340, que tem cinco pontos com queda de barreira, um com pista rompida e um com bueiro rompido. A rodovia dá acesso à usina hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, da Copel.

Na PR-410, são oito deslizamentos de barreiras e um de pista. A rodovia é importante por dar acesso à Estrada da Graciosa, que, no auge das chuvas, foi a única ligação do Litoral com o Estado. A PR-408 tem três quedas de barreira e problema em duas pontes. Em uma delas, sobre o Rio Sagrado, o 5.º Batalhão de Engenharia do Exército já colocou uma ponte de metal.

PORTO – Na BR-277, que liga Curitiba ao Porto de Paranaguá, o DER foi informado pela concessionária Ecovia de 11 ocorrências no sentido capital durante as chuvas: sete quedas de barreira, um bueiro erodido e três pontes comprometidas. No sentido Paranaguá, ocorreram 20 deslizamentos, com 16 quedas de barreiras e quatro com comprometimento de ponte.

[<volta>](#)

Veículo: Agência Estadual de Notícias – PR
Data: 17/03/2011

Secretário destaca em Brasília união para recuperar rodovias do Paraná

O esforço conjunto das Polícias Rodoviárias Estadual e Federal, a colaboração emergencial do Exército, o trabalho do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para restabelecer o tráfego, mesmo com restrições, nas rodovias paranaenses atingidas pelas chuvas foi reconhecido nesta quinta-feira (17) pelo secretário da Infraestrutura e Logística, José Richa Filho.

“O trabalho articulado dos órgãos públicos e mais as ações das concessionárias de rodovias ajudou na busca de soluções, desde o primeiro momento”. A declaração foi feita em Brasília, durante a reunião do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes (Consetrans).

Para o secretário do Paraná, as ações articuladas mostram que houve um entendimento eficaz no momento de emergência e também demonstram a existência de grande habilidade técnica dos envolvidos na operação desenvolvida no litoral do Estado.

EXÉRCITO – José Richa Filho destacou ainda o apoio operacional do 5º Batalhão de Engenharia do Exército, que se prontificou a instalar uma ponte metálica sobre o Rio Sagrado na PR-408, como alternativa de acesso para a ligação com Morretes, que ficou interrompida, dependendo apenas da ligação através da Estrada da Graciosa. O Exército começou a montagem da estrutura na última terça-feira (15). A ponte de cimento que existia no local não resistiu à ação das chuvas. Cerca de 60 oficiais trabalharam na estrutura provisória de 32 metros de comprimento.

[<volta>](#)

Veículo: Rondonotícias.com

Data: 17/03/2011

Jorge Viana viabiliza união da bancada do AC e RO para construção da ponte do Rio Madeira

Uma mobilização coordenada pelo Senador Jorge Viana (PT-AC), com o apoio do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), garantiu no fim da tarde de ontem a participação dos seis senadores do Acre e de Rondônia em audiência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o diretor do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Luís Antônio Pagot.

Por mais de uma hora, Jorge Viana (PT), Sérgio Petecão (PMN) e Aníbal Diniz (PT), da bancada do Acre, e Acir Gurgacz (PDT), Valdir Raupp (PMDB) e Ivo Cassol (PP), da bancada de Rondônia, debateram com o ministro e o diretor do DNIT a necessidade da construção da ponte sobre o rio Madeira, em Rondônia, na BR-364, a estrada que garante o acesso da capital do Acre, Rio Branco, aos demais Estados brasileiros.

Antônio Pagot reconheceu que o projeto inicial da construção contém graves problemas. Nele, a ponte teria 980 metros de extensão. O problema é que foi identificado um erro no cálculo, tanto no tamanho como na altura da ponte. O edital foi suspenso no fim do ano passado pelo Tribunal de Contas da União.

Pelo projeto inicial, a ponte seria construída com 200 metros de diferença em relação ao tamanho real e 20 metros mais baixa que deveria ser. Diante da gravidade da situação, os senadores Jorge Viana e Valdir Raupp propuseram a realização de um novo edital e receberam a garantia do ministro Alfredo Nascimento e do diretor do DNIT de que ele será lançado já na próxima terça-feira. "O novo edital será feito com as especificações corretas", garantiu o diretor do DNIT.

[<volta>](#)

Veículo: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Venâncio Aires

Data: 17/03/2011

Diretor de Obras recebe dossiê para conclusão da ERS-422

O prefeito Airton Artus foi à Capital para debater a continuidade das obras. O prefeito Airton Artus participou de encontro nessa quarta-feira, 16, em Porto Alegre, com o diretor de Obras da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado, Jeferson Couto. Com objetivo de debater a continuidade das obras de pavimentação da ERS-422, a chamada estrada da Serra, Artus levou ao representante do Estado dossiê fotográfico do asfalto concluído até o momento. Com 54% da obra pronta, a expectativa do Governo Municipal é finalizar o asfaltamento de 10,6Km da rodovia, até a localidade de Linha Brasil, ainda em 2011.

Conveniada com o governo Yeda Crusius em 2010, o asfalto da ERS 422 segue uma luta incansável para o prefeito Airton Artus. O administrador venâncio-airesense busca garantir junto ao governo Tarso Genro a liberação de aproximadamente R\$ 2,9 milhões para conclusão do trecho restante de três quilômetros. "Buscamos mostrar ao Estado a importância dessa obra para o município e a região. Nesse sentido, estamos muito

esperançosos que a ERS 422 será incluída entre as prioridades para esse ano. Trata-se de uma obra que já está bem adiantada, não demanda de volumes muito altos de recursos para a sua conclusão e, caso ela fique parada, muito trabalho realizado até aqui poderá ser perdido”, argumenta o prefeito.

Na conversa com o diretor Jeferson Couto, além de buscar a conclusão do trecho até Linha Brasil, Airton Artus deixou pedido para que o Estado reavalie a licitação que a empresa Camargo Corrêa venceu para realizar o asfaltamento entre as localidades de Linha Brasil e Boqueirão do Leão. “Vamos proceder da mesma forma que fizemos para o primeiro trecho. Queremos que a empresa, que não demonstrou interesse em realizar a obra, abra mão de mais uma parte da estrada, pelo menos até a localidade de Vila Deodoro. O objetivo é trabalhar para aportar recursos de outras fontes para seguir o asfaltamento dessa estrada”, revela o prefeito.

[<volta>](#)

Veículo: Olhar Direto - MT

Data: 17/03/2011

Ministro atende Blairo e libera R\$10 milhões para rodovia federal em Colniza

De Brasília - Marcos Coutinho e Vinícius Tavares

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR), acatando pedido feito pelo senador Blairo Maggi (PR/MT) e de outros membros da bancada federal de Mato Grosso, autorizou a liberação de R\$ 10 milhões para as obras de recuperação da rodovia federal em implantação BR-174.

A rodovia federal abrange a região de Colniza, que foi bastante castigada pelas chuvas de março, e tenta superar o isolamento devido à destruição de pontes e demais acessos ao município.

No próximo sábado o diretor geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, e o superintendente do Dnit no Estado, Nilton de Brito, estarão in loco em Colniza para o lançamento das obras.

Além de recuperar a rodovia, a monta será utilizada para a recuperação de diversas pontes que foram levadas pelas chuvas. Entre as pontes a serem recuperadas, uma das mais importantes é a que atravessa o rio Aripuanã, que interliga Colniza ao município que leva o nome do rio.

Por conta do isolamento, o município passou a enfrentar sérios problemas de abastecimento de água, alimentos, medicamentos e insumos. No distrito de Guariba, o litro da gasolina chegou a ser vendido a R\$ 12. Normalmente o preço varia entre R\$ 3,5 e R\$ 4.

[<volta>](#)

Veículo: IPEA

Data: 17/03/2011

Ipea lançou boletim sobre mão de obra no Brasil

Radar projeta a oferta de engenheiros em 2020 e aborda a formação de pessoal técnico-científico

Em 2020, o Brasil terá 1,5 milhão a 1,8 milhão de engenheiros. A previsão está no Boletim Radar nº 12, uma edição especial sobre mão de obra no Brasil e crescimento, divulgado nesta terça-feira, dia 15, em Brasília. O estudo mostra que a demanda por engenheiros no país deve continuar crescendo e a estimativa é de que em 2020 o Brasil precise de 560 mil a 1,16 milhão de engenheiros, dependendo do crescimento econômico do país.

Embora a quantidade de engenheiros formados até 2020 seja suficiente para suprir a demanda prevista, há o gargalo do desvio ocupacional. Em 2009, apenas 38% dos formados em engenharia estavam no mercado nas suas ocupações típicas. Ou seja: seis em cada dez engenheiros atuam em outras funções que não engenharia. Em 2020, a previsão é de que esse número aumente para 45%. É possível que, em alguns setores como construção civil, mineração, petróleo e gás, haja um gargalo na oferta de profissionais, caso a economia cresça a níveis muito altos.

O Radar aponta como soluções de curto prazo para a escassez de mão de obra qualificada de engenheiros o aumento de salários, a retenção dos profissionais em vias de se aposentar, o retorno dos já aposentados para reduzir o problema da falta de experiência, a capacitação e treinamento. Já para as medidas de longo prazo, o destaque foi para o investimento em educação, com políticas de ampliação da oferta no sistema educacional e a garantia de formação básica com qualidade, a fim de aumentar o número de jovens aptos para o ensino superior e o mercado de trabalho.

O boletim, que analisou também a formação de pessoal técnico-científico e de engenheiros, foi apresentado pelos técnicos de planejamento e pesquisa Fabiano Pompermayer, Paulo Meyer, Rafael Pereira e Aguinaldo Maciente.

O evento teve como debatedor Manuel Marcos Formiga, assessor especial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o moderador foi Marcio Wohlers, diretor do Ipea. O Radar é uma publicação bimestral do Instituto que reúne artigos sobre produção, tecnologia, comércio exterior e outras questões em debate no Instituto.

[<volta>](#)

Veículo: O Globo
Data: 17/03/2011

Camargo Corrêa envia 50 ônibus para tirar 19 mil trabalhadores de Jirau. Força Nacional foi convocada

Cássia Almeida, Enviada especial

PORTO VELHO - A Camargo Corrêa informou que cerca de 50 ônibus estão levando os 19 mil trabalhadores dos canteiros de obras da Usina de Jirau, no Rio Madeira, para Porto Velho, capital de Rondônia, que fica a 130 km. O esvaziamento da usina e a paralisação das obras foram medidas necessárias por causa do clima de violência que tomou conta do local desde a terça-feira, quando os operários revoltados queimaram ônibus e destruíram instalações, em represália à truculência dos seguranças da empresa.

Segundo a Camargo Corrêa, em Porto Velho, os trabalhadores ficarão alojados num local com capacidade para 10 mil pessoas, onde é realizada a Feira da Indústria do Sesi. Também estão sendo providenciadas colchonetes e 20 mil refeições, já que com a destruição do refeitório do canteiro de obras, os operários ficaram o dia todo sem comer. A empresa também liberou uma linha telefônica para dar informações aos trabalhadores e seus operários: 0800 9400810.

A revolta provocou um êxodo de 22 mil trabalhadores (19 mil da Camargo Correa e 2 mil terceirizados). Ao longo da BR-364, que chegou a ser fechada, centenas de operários caminhavam ontem com malas nas costas, abandonando seus postos de trabalho. A situação ficou ainda mais tensa com a convocação de trabalhadores para voltar ao canteiro de obras.

- Saímos da margem esquerda porque disseram que iriam incendiar os nossos alojamentos. Fomos alojados na direita e, no meio da noite, veio o fogo. Não tive tempo sequer de pegar os documentos. Saí com a roupa do corpo. A polícia usou sprays de pimenta - contou um trabalhador que conseguiu chegar a Jaci-Paraná, perto de Jirau.

Os trabalhadores reclamam que o pagamento de horas extras foi cortado pela Camargo Corrêa. Eles reivindicam o aumento da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 350 - valor estabelecida por outras empresas envolvidas na obra.

No fim da tarde de ontem, ainda havia mais de 4 mil trabalhadores no município de Jaci-Paraná e cerca de 2 mil em Nova Mutum. Eles estavam sem comida desde a manhã, porque o refeitório foi destruído durante as manifestações. Operários andaram mais de 12 quilômetros para fugir do quebra-quebra em Jirau.

O gerente de relações trabalhistas e sindicais da empresa, Roberto Silva, disse que houve dificuldade para conseguir ônibus, mas que a empresa montou um esquema de logística. Sobre as queixas dos trabalhadores de que há truculência por parte dos encarregados, seguranças e motoristas, Silva afirmou que são questões pontuais e acontecem reuniões periódicas para orientá-los.

- Mas nós vamos apurar - afirmou.

Silva disse ainda que a empresa não tinha conhecimento de nenhuma reivindicação trabalhista. Ele também afirmou que todos os direitos trabalhistas dos operários serão preservados, com depósito integral dos salários e que não haverá "nenhum prejuízo para os trabalhadores".

O gerente também garantiu que todas as despesas de transporte para os trabalhadores que são de fora de Porto Velho, seja de avião ou de ônibus, serão custeadas pela Camargo Corrêa.

-Estamos preparando adiantamentos salariais, alimentação e transporte para todos. Ele confirmou que os trabalhadores foram chamados para voltar ao trabalho hoje.

-A situação parecia normalizada. Não imaginávamos que isso ia ocorrer - justificou. Ele também informou que ainda não há data prevista para a retomada as obras, já que a preocupação agora é garantir transporte e acomodação para todos.

Confronto com a polícia

Mesmo com os esforços da empresa, no fim da tarde desta quinta-feira, mais de 5 mil trabalhadores ainda se encontravam na BR 364, que liga a Jirau à Porto Velho, à espera de alimentação e transporte. Pela manhã, os trabalhadores chegaram a fechar a rodovia. O comércio nas cidades de Jaci-Paraná e Nova Mutum, próximas da usina, foi totalmente fechado. Segundo os trabalhadores, foi a própria polícia militar que orientou os comerciantes a fecharem as lojas, porque os trabalhadores estavam vindo em direção às cidades.

A Secretaria de Segurança Pública de Rondônia pediu apoio da Força Nacional para controlar a situação na região.

Truculência de encarregados, seguranças e motoristas é a principal queixa dos operários. E a agressão a um deles foi o estopim da rebelião. Foram depredados 60 veículos e praticamente todos os alojamentos da margem direita da obra. Operários alojados na margem esquerda só conseguiram deixar o local sob a escolta de policiais. Segundo o governo estadual, trabalhadores atearam fogo a 45 ônibus, 15 carros e 45 instalações. O incêndio teria deixado sem abrigo 12 mil peões.

[<volta>](#)

Veículo: O Globo
Data: 18/03/2011

O mais importante dos BRTs

Transcarioca prevê outra ponte estaiada na Barra, além de mergulhões e viadutos rumo à Zona Norte

A região da Barra deve ganhar mais uma ponte estaiada (suspensa por cabos) com a inauguração do BRT Transcarioca, o mais importante da cidade e cujas obras foram lançadas ontem. A exemplo da Linha 4 do metrô - que, dependendo da aprovação pelo Iphan, terá uma ponte semelhante sobre a Lagoa da Tijuca - o corredor exclusivo para ônibus articulados traz no projeto uma estrutura do mesmo estilo sobre a Lagoa de Jacarepaguá, que terá pistas usadas tanto pelo sistema BRT (Bus Rapid Transit) quanto pelos veículos que fluirão da Linha Amarela. Ontem de manhã o prefeito Eduardo Paes iniciou oficialmente os trabalhos de implantação do Transcarioca, o BRT que vai ligar a Barra ao Aeroporto Internacional Tom Jobim.

O superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-RJ), Carlos Fernando Andrade, disse que, em ambos os casos, o órgão está analisando se há impacto na paisagem.

Segundo a prefeitura, o tempo gasto no trajeto entre a Barra e a Ilha do Governador deve ser reduzido em mais de 60% após a conclusão da obra, que será entregue em três anos como parte do pacote que prepara a cidade para os Jogos Olímpicos. Com 39km de extensão, o corredor expresso será construído em dois lotes.

Ao todo, nove pontes e dez viadutos

Ontem foi iniciado o primeiro lote da Transcarioca, que terá 28km e começa com a construção de um mergulhão exclusivo para os ônibus articulados no encontro das ruas Cândido Benício e Domingos Lopes, em Campinho, na Zona Norte do Rio. Este primeiro lote, orçado em R\$798,4 milhões, inclui a ampliação da via (que passará pelos bairros da Barra, Jacarepaguá, Curicica, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha e Penha). Somente nesta primeira etapa serão construídas sete pontes (incluindo a estaiada), dois mergulhões na Barra, próximo à Cidade da Música, quatro viadutos, uma passagem inferior e urbanização. O segundo lote, que trata do traçado entre a Penha e o aeroporto, ainda está em fase de licitação.

- A ligação das ruas Cândido Benício e Domingo Lopes terá seis faixas de rolamento e teremos um mergulhão exclusivo para BRT que vai dar agilidade ao trânsito. Os ônibus não vão parar no sinal da Intendente Magalhães com a Cândido Benício, eles vão passar por baixo e, na saída do mergulhão, haverá uma estação de BRT - explicou o secretário municipal de Obras, Alexandre Lopes.

Ao todo, serão construídas 45 estações, três terminais para embarque e desembarque, nove pontes, três mergulhões e dez viadutos. O Transcarioca também prevê a duplicação de

pistas e urbanização de áreas próximas ao BRT. O corredor também vai permitir uma integração com outros meios de transporte, como trens e metrô, beneficiando 400 mil passageiros por dia.

Meio bilhão em desapropriações

Na avaliação de Paes, o Transcarioca é uma das intervenções mais importantes para a prefeitura.

- Das obras que estamos fazendo olhando para as Olimpíadas, esta é a mais importante da cidade, porque ela não é só um corredor de transporte mudando completamente a lógica de comportamento das pessoas de todo o subúrbio carioca. Ela é uma revolução urbana. Esta região aqui é de difícil andar e ela vai abrir novas vias, melhorar o fluxo de veículos, tirar ônibus das ruas e oferecer transporte confortável. É mais importante que o Transolímpico, que o Transoeste e que a Linha Amarela - disse Paes.

Segundo Paes, um dos maiores desafios enfrentados pela prefeitura estão sendo as desapropriações de imóveis localizados ao longo do traçado da obra. O prefeito afirmou ontem que as desapropriações, iniciadas há mais de um ano, vão custar à prefeitura R\$500 milhões. Inicialmente, a previsão de gastos era de R\$300 milhões com indenizações, quando o projeto se limitava ao trecho Barra-Penha. A obra completa está orçada em 1,3 bilhão.

- Essa é uma intervenção muito complexa. Tivemos que desapropriar mais de três mil imóveis e ainda temos um trabalho grande pela frente. Há um conjunto grande de processos na Justiça, mas a prefeitura está tentando fazer o melhor possível - afirmou. Segundo o secretário municipal de Obras, Alexandre Lopes, para esta primeira fase da obra já foram feitas 70 desapropriações, entre imóveis comerciais e residenciais.

[<volta>](#)

Veículo: Estradas

Data: 18/03/2011

Ministro recebeu parlamentares de SC para discutir sobre a BR-101 Sul

O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, com o vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Moreira, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, para discutir o andamento das obras de duplicação da BR-101 no estado. Também acompanharam a reunião o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Luiz Antônio Pagot, e o superintendente estadual do órgão, João José dos Santos.

O superintendente catarinense apresentou às lideranças a situação das obras da rodovia. Ele destacou que 114 ações da BR-101 Sul já foram concluídas (34 pontes, 60 viadutos, 20 passagens de pedestres) e 42 duas ainda estão em execução. O investimento total está estimado em R\$ 1,6 bilhão, e 75% da obra já estão concluídos. Foram discutidos os problemas que atrasaram a execução nos lotes 25 (Laguna - Capivari de Baixo) e no lote 29 (Araranguá), e em outras obras pendentes.

O ministro Alfredo Nascimento garantiu à bancada que, em poucos dias, o DNIT vai encaminhar um cronograma das obras para as lideranças. "É um documento que cada um dos parlamentares terá para cobrar o que vai ser feito e até quando será executado". O ministro também destacou que os lotes 25 e 29 devem ser avançados com urgência.

[<volta>](#)

Veículo: Jornal do Comércio - RS

Data: 18/03/2011

Construtoras gaúchas se unem e formam a holding Nex Group

Disponibilidade de mão de obra é diferencial, afirma Schettert (e). Quatro construtoras gaúchas anunciaram nesta quinta-feira fusão que criará uma das maiores incorporadoras do Rio Grande do Sul. Capa Engenharia, DHZ, EGL e Lomando, Aita passarão a atuar conjuntamente pela holding Nex Group. A companhia nasce com um Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 968,5 milhões e sete mil unidades habitacionais em 20 empreendimentos já em construção ou que iniciarão ainda em 2011.

"Nascemos já na casa do R\$ 1 bilhão de VGV, na posição de uma das maiores incorporadoras do Estado, e a escala nos tornará mais competitivos para avançar além das fronteiras do Rio Grande do Sul", afirmou Carlos Alberto Schettert, diretor-presidente da Capa Engenharia e presidente da Nex Group. Para ele, a disponibilidade de mão de obra e insumos entre as empresas constitui em diferencial competitivo importante.

A avaliação de valor das companhias definiu que a Capa ficará com 58% de participação na nova empresa, enquanto DHZ, EGL e Lomando, Aita ficarão com 14% cada. Os sócios destas farão parte do Conselho de Administração e da Diretoria do novo grupo. Enquanto as empresas acertam e unificam os processos, seguirão operando individualmente, e responderão pelos contratos já assinados de construção e vendas. Os 2,9 mil funcionários serão mantidos.

Além de vender no Rio Grande do Sul, a Nex pretende operar em Santa Catarina, no Paraná e na região Sudeste. Em Santa Catarina, já foram comprados terrenos na Brava, em Camboriú, e no Paraná há negociações avançadas. A companhia deverá acertar empreendimentos para São Paulo ainda em 2011.

A holding irá operar na construção de imóveis enquadrados no Minha Casa, Minha Vida (até R\$ 150 mil), condomínios verticais (até R\$ 200 mil), imóveis em condomínios horizontais para classe média enquadrados no sistema financeiro nacional (entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil) e imóveis de nichos diferenciados.

Schettert afirma que em breve a companhia poderá buscar recursos em algum fundo de participação, de forma a financiar obras simultâneas em diferentes estados. A meta da Nex Group será alcançar VGV de R\$ 2 bilhões até meados de 2012.

Taxa de velocidade de vendas de imóveis novos cai em janeiro

A taxa de velocidade de vendas (relação das vendas sobre as ofertas) de imóveis novos em Porto Alegre foi de 7,36% em janeiro de 2011, resultado bastante inferior ao de dezembro de 2010, quando atingiu 19,18%. Os dados foram apurados pela Pesquisa do Mercado Imobiliário da Capital elaborada mensalmente pelo Departamento de Economia e Estatística do Sinduscon/RS.

Em relação a janeiro de 2010, também houve queda, uma vez que naquele mês a taxa foi de 11,77%. A taxa média doze meses de velocidade de vendas em janeiro último atingiu a 12,79%, resultado superior ao observado nos 12 meses fechados em janeiro de 2010, quando foi de 11,85%.

Em janeiro passado, foram vendidas 279 unidades de imóveis novos em Porto Alegre, queda de 40% em relação ao ano passado, quando foram vendidas 465 unidades. Já nos últimos 12 meses fechados em janeiro de 2011, foram negociadas 5.536 unidades. A pesquisa apurou também que em janeiro passado foram lançadas 96 unidades, contra 221 unidades em janeiro de 2010, numa diminuição de 56,56%. Em termos acumulados nos últimos 12 meses fechados em janeiro de 2011 comparativamente a igual período do ano anterior, foram lançadas 4.892 unidades contra 5.150 unidades do período anterior, o que representa uma queda de 5,01%.

[<volta>](#)

Veículo: O Globo
Data: 18/03/2011

Concessão de terminais à iniciativa privada é elogiada pelo setor aéreo

Projeto confirmado por Dilma visa a acelerar investimentos para Copa e Olimpíadas

BRASÍLIA, RIO e SÃO PAULO. A afirmação da presidente Dilma Rousseff de que o governo vai abrir usar o regime de concessão para atrair investimentos da iniciativa privada nos aeroportos brasileiros foi bem recebida pelo setor. O objetivo é garantir que os terminais estejam preparados para Copa e Olimpíadas. A declaração de Dilma foi dada em entrevista ao jornal "Valor Econômico". Ela, no entanto, deixou claro que também haverá uso de verbas públicas nesse processo de fortalecimento da atividade.

"Vamos articular a expansão de aeroportos com recursos públicos e fazer concessões ao setor privado. Não temos preconceito contra nenhuma forma de expansão do investimento nessa área, como não tivemos nas rodovias", disse a presidente.

Para o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea), José Márcio Mollo, disse que a abertura do regime de concessões esse caminho pode acabar com os gargalos no setor. Mas ele acredita que as empresas vão se interessar pelos locais mais rentáveis, como os grandes centros urbanos.

Mollo acha que as empresas aéreas poderão se interessar em participar de alguma concessão apenas se fizerem parte de um consórcio, com a presença de companhias de outros setores.

- Acho que as grandes empresas que tomaram as rodovias, como as empreiteiras, vão se interessar pela concessão de aeroportos - afirmou Mollo.

"Estou muito feliz! Notícia maravilhosa para o Brasil. Sobretudo para o Rio, que terá nos próximos 6 anos o calendário de eventos mais importante do mundo", comemorou o governador do Rio, Sérgio Cabral. Um dos aeroportos mais críticos do país é o do Galeão, no Rio.

Já a presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA), Selma Balbino, não acredita que a iniciativa privada pode melhorar as condições de trabalho dos empregados do setor. Ele argumenta que, em aeroportos já controlados por empresas privadas, essa é uma realidade.

- Não temos condições mínimas de trabalho. Faltam até banheiros e bebedouros - disse.

Modelos de concessão variam no país

Como O GLOBO já havia antecipado, o modelo abrange várias formas de concessão: para construção do zero de um aeroporto - como já será feito com o de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte --, para administração com cláusula de expansão ou até para erguer apenas terminal novo.

Hoje, 67 aeroportos brasileiros são administrados pela estatal federal Infraero. O governo não pretende esvaziá-la ao abrir para a iniciativa privada a possibilidade de participar dessa tarefa. Ela deverá ter sua gestão profissionalizada.

Em sua passagem pelo Brasil, o presidente da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo), Giovanni Bisignani, disse que a gestão aeroportuária brasileira é um modelo falido. Segundo ele, há gargalos em 13 dos 20 maiores aeroportos, e a situação é "crítica" em São Paulo, onde vê defasagem e ineficiência. Apesar de avaliar que a presidente Dilma acerta ao dar prioridade estratégica ao setor e promover mudanças estruturais, a IATA não poupou críticas também ao controle de tráfego aéreo, onde disse faltar investimentos para acompanhar a evolução tecnológica dos aviões.

Como gancho às críticas, Bisignani afirmou que "o tempo está se esgotando" para os investimentos necessários. Além disso, ele reiterou as demandas conhecidas das empresas aéreas, pela redução tarifária e fim das políticas de subsídios cruzados entre aeroportos e aumento de custos em horários de pico, por exemplo. O presidente da IATA fez a análise em palestra anteontem na Câmara de Comércio Britânica.

"O modelo Infraero, que controla 94% dos aeroportos brasileiros, está falido. Os terminais são antigos e ineficientes. E nos preocupamos com a falta de um processo transparente nos planos para um terceiro terminal em São Paulo", disse.

No caso do controle de tráfego aéreo, que enfrentou uma crise após o acidente da Gol em 2006, a IATA considera que falta apoio do governo federal para os esforços de modernização da FAB.

"Qualquer um que chegar em São Paulo por um voo internacional tem uma boa chance de ter uma péssima primeira impressão. A espera de até uma hora e meia na imigração e alfândega resume tudo. A infraestrutura não está pronta. E o tempo está se esgotando para grandes projetos", disse Bisignani.

[<volta>](#)

Veículo: O Estado de S. Paulo

Data: 18/03/2011

Setor hoteleiro investirá R\$ 40 bi em dez anos

Para atender a demanda, que cresce com a economia, mercado terá de dobrar o número de quartos na próxima década

A nova onda de crescimento da hotelaria brasileira vai exigir investimentos de R\$ 40 bilhões nos próximos dez anos, só para atender à demanda impulsionada pelo crescimento da economia. O número de novos quartos em operação por ano deve passar de 7,7 mil, em 2010, para 36,6 mil em 2020, de acordo com estimativas da consultoria HotelInvest, feitas a pedido do "Estado".

A recuperação do mercado hoteleiro no Brasil começou a se delinear no fim de 2009, mas como o ciclo de desenvolvimento desse setor é de três a quatro anos, os reflexos só começam a aparecer agora, de forma ainda bastante modesta. Em 2011, 39 projetos de novos hotéis sairão do papel, segundo a HotelInvest, que representa no Brasil a consultoria HVS Global, especializada no setor e presente em 16 países. A partir do ano que vem, esse número vai praticamente dobrar, chegando a 183 novos empreendimentos em 2020. Quem não é do setor costuma relacionar o novo momento da hotelaria aos megaeventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíada. "Mas esse é um equívoco", diz Diogo Canteras, diretor-presidente da consultoria. "A indústria não vai construir hotel para a Copa, e sim para a cidade." A relação mais forte que existe entre os eventos e a retomada do setor, segundo ele, é uma nova linha de crédito do BNDES, no valor de R\$ 1 bilhão, para reforma, ampliação e construção de novos empreendimentos, que integra o pacote de ações do governo federal para a Copa do Mundo. A rede Windsor, com foco no mercado carioca, foi uma das que já pediu crédito ao banco estatal para expandir a operação. Por enquanto, a empresa não tem planos de ir além do Rio, cidade com as maiores taxas de ocupação do País.

Mas é São Paulo que dá os sinais mais visíveis de que o mercado voltou de fato a se movimentar. Desde 2008, a capital paulista não tem um hotel sequer em desenvolvimento. Com base nos projetos que já estão sob análise da Prefeitura, a expectativa é de que, em 2012, seis empreendimentos passem definitivamente à etapa de construção. Mesmo assim, os negócios no setor hoteleiro paulistano devem ter uma trajetória menos agressiva do que no restante do País. Por dois motivos: os investidores estão de olho em cidades de porte médio, que terão cada vez mais viajantes de negócios, e na classe C que, com uma renda melhor, está se dando ao luxo de viajar a turismo pelo País.

O ritmo mais lento do mercado paulistano também está relacionado à última crise enfrentada pelo setor, em que a euforia para se investir em flats culminou com uma superoferta de quartos e na conseqüente queda da rentabilidade desses empreendimentos. Foi um fenômeno que atingiu praticamente todo o País, mas afetou São Paulo com mais intensidade.

"Hoje, o cenário é mais positivo e sustentável do que o da última onda da hotelaria, que aconteceu no fim da década de 90", diz Canteras. "E, embora não tenhamos dados históricos daquela época, é possível dizer que essa nova fase será até três vezes melhor para o setor."

Investidores. Ao contrário do que aconteceu entre 1999 e 2003, agora os investidores parecem mais cautelosos em relação ao mercado. "Era um grupo formado principalmente por profissionais liberais. Agora, temos fundos de private equity e mecanismos de investimento, como os fundos imobiliários, que exigem uma profissionalização maior do setor", explica Vasques.

Desde o fim do ano passado, as principais administradoras de hotéis iniciaram uma corrida para anunciar projetos e atrair a atenção de investidores. Hoje com 144 hotéis no Brasil, o grupo francês Accor pretende colocar em operação 71 novos empreendimentos até 2013, que vão exigir investimentos de R\$ 1,2 bilhão. Quase 80% dos novos hotéis são voltados para o segmento econômico. Com isso, a marca Mercure, padrão quatro estrelas, deixará de ser a mais representativa em número de hotéis, dando lugar à Ibis. Outra estratégia do grupo é a expansão da marca Formule 1 por meio de franquias, em cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. O projeto prevê a construção de 100 hotéis, ao custo de R\$ 500 milhões. O segmento econômico também está no radar da Brazil Hospitality Group (BHG), da GP Investimentos. A rede pretende criar 2,5 mil quartos por ano até 2015.

Veículo: O Estado de S. Paulo

Data: 18/03/2011

"Estamos preparando forte intervenção nos aeroportos"

Presidente Dilma afirma que vai fazer concessões e aceitar investimentos da iniciativa privada nos terminais dos aeroportos

- O Estado de S.Paulo

O jornal Valor Econômico publicou ontem entrevista com a presidente Dilma Rousseff. Ela falou sobre vários temas de inflação à concessão de aeroportos. Leia a seguir as principais frases da presidente na entrevista:

Inflação

"Eu não vou permitir que a inflação volte no Brasil. Não permitirei que a inflação, sob qualquer circunstância, volte. Também não acredito nas regras que falam, em março, que o Brasil não crescerá este ano"

"Isso (a ideia de que é possível ter um pouquinho mais de inflação para obter um pouco mais de crescimento) não funciona. É aquela velha imagem da pequena gravidez. Não tem uma pequena gravidez. Ou tem gravidez ou não tem."

Salário mínimo

"No futuro nós vamos ter uma menor preocupação com a valorização do salário mínimo. Quando? Quando houver um crescimento sustentado nesse país. O que aconteceu com o salário mínimo ao longo do tempo? Uma baita desvalorização. Seja porque ele não ganhava sequer a correção inflacionária, seja porque vinha de patamares muito baixos. Acho que o processo de valorização do salário mínimo ainda não se esgotou."

Aeroportos

"Estamos nos preparando para ter uma forte intervenção nos aeroportos. Vamos fazer concessões, aceitar investimentos da iniciativa privada que sejam adequados aos planos de expansão necessários. Vamos articular a expansão de aeroportos com recursos públicos e fazer concessões ao setor privado. Não temos preconceito contra nenhuma forma de expansão do investimento nessa área, como não tivemos nas rodovias."

Japão

"Ficamos todos muito impactados. A comunicação global em tempo real cria em nós uma sensação como se o terremoto seguido do tsunami estivesse na porta de nossas casas. Nunca vi ondas daquele tamanho, aquele barco girando no redemoinho, a quantidade de carros que pareciam de brinquedo!"

Pré-sal

"Vamos seguir num ritmo que não transforma o petróleo em uma maldição. Queremos ter uma indústria de petróleo, desenvolver pesquisas, produzir bens e serviços e exportar para o mundo. Temos que apostar que o pré-sal é um passaporte para o futuro. Não vamos explorar para usar, mas para exportar. Quere também, ter ganhos na cadeia industrial do petróleo."

[<volta>](#)

Veículo: Diário do Nordeste -CE

Data: 18/03/2011

Pleno confirma a suspensão

O sobrepreço de uma das obras incluídas no certame licitatório do Município de Fortaleza foi incluído no debate

O pleno do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) aprovou, durante a sessão de ontem, a medida cautelar expedida pelo auditor Fernando Uchoa, determinando a suspensão da licitação que a Prefeitura de Fortaleza faria, no valor aproximado de R\$ 100 milhões, para a execução de serviços contínuos, dentre outros de manutenção, restauração de pavimentos e até contratação de serviços de coleta de lixo. Da decisão caberá recurso, no prazo de 10 dias.

A determinação do auditor foi objeto de elogios pelos integrantes do pleno, mas a discussão da matéria foi prolongada e alguns aspectos serão debatidos posteriormente. Por se tratar de algo novo, esta foi a primeira cautelar do TCM suspendendo uma licitação, poderão ser feitas algumas alterações no Regimento Interno do Tribunal para disciplinar a tramitação de processos dessa natureza.

A matéria foi à apreciação do pleno, atendendo ao despacho do auditor que, conforme suas explicações, agiu de conformidade com uma das resoluções do TCM e em consonância com decisões do Tribunal de Contas da União (TCU). Lembrou também decisões do Supremo Tribunal Federal conferindo competência a auditor para agir da forma como procedeu. Destacou os pontos principais da decisão e informou que o acompanhamento da licitação foi solicitado pelo secretário municipal Luciano Feijão.

Disse ainda que logo que o ofício do secretário chegou, foram requeridos documentos, mas nem todos foram fornecidos. Por isso, adotou o relatório do órgão técnico do Tribunal e destacou alguns pontos como a questão do sobrepreço e a amplitude dos serviços porque no edital não há apenas serviços de manutenção, mas também obras de construção civil como é o caso de reforma de praça que não é um serviço contínuo. Para ele seria preciso, pelo menos, um lote de obras de execução continuada e outro de execução instantânea.

Sobrepreço

O presidente do TCM, conselheiro Manoel Veras, a exemplo de outros conselheiros, elogiou a decisão e disse que se tratava de uma medida de caráter preventivo e educativo com resultados positivos para a administração municipal. Se as providências não forem adotadas pela prefeitura o Tribunal terá que adotar uma posição de caráter punitivo. Quanto às punições, lembrou a aplicação de multas e da Lei Ficha Limpa.

O conselheiro Pedro Ângelo ressaltou a questão do sobrepreço, confessando que ficou "pasma" ao saber da diferença de 111% no preço de obras, estabelecidos nas tabelas da Prefeitura de Fortaleza e do Governo estadual, sendo o preço maior da tabela da Prefeitura. Na concepção dele somente este item seria suficiente para justificar a medida adotada.

Para o ex-presidente, Ernesto Sabóia, a Prefeitura não pode ser repreendida na tentativa de arrumar a cidade, em razão da discricionariedade da administração, mas criticou a divisão em regionais e destacou como um ponto tão importante quanto o sobrepreço a multiplicidade do objeto da licitação questionada. Ressaltou exigências em alguns ítems do edital que podem ter sido feitas para tornar a licitação dirigida.

Descabidas

A decisão do auditor foi aprovada com uma sugestão do conselheiro Ernesto Sabóia no sentido incluir, como destaques, além do sobrepreço e multiplicidade do objeto, exigências descabidas. Votaram a favor da aprovação da cautelar os conselheiros Pedro Ângelo, Ernesto Sabóia e Francisco Aguiar. Artur Silva Filho não votou por se considerar impedido para todos os processos de Fortaleza. Faltaram à sessão os conselheiros Luiz Sérgio Gadelha e Marcelo Feitosa. Os trabalhos foram presididos por Manoel Veras.

Durante a discussão da matéria ficou claro que permanece o prazo de 15 dias, estabelecido pelo auditor Fernando Uchoa para os secretários da Prefeitura de Fortaleza citados apresentarem defesa. O prazo de 10 dias, aprovado ontem pelo pleno, é para a apresentação de recurso contra a decisão plenária que aprovou a decisão do auditor de suspender o processo licitatório da Prefeitura.

[<volta>](#)

Veículo: Diário do Nordeste -CE

Data: 18/03/2011

Verba do PAC garantida

No Ceará, parte dos R\$ 2 bilhões, destinados ao Semi-Árido, serão utilizados nas barragens de Figueiredo e Taquara

Fortaleza. Um total de R\$ 2 bilhões estão garantidos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2), a serem executadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) este ano para toda a região do Semiárido.

A notícia foi dada pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, em visita realizada ontem. Segundo o ministro, a parte da verba que cabe ao Ceará será investida nas barragens de Figueiredo e Taquara. O objetivo da visita foi discutir um plano de trabalho para o Dnocs.

Em entrevista coletiva, o ministro admitiu que as obras de transposição do Rio São Francisco não estavam no ritmo ideal. "Estamos numa fase de revisão de contratos, mas esperamos retomar todas as frentes de trabalho a partir de maio". Na visita, estava previsto o sobrevoio do Perímetro Irrigado de Tabuleiro de Russas e a barragem de Figueiredo, em Alto Santo.

Com relação aos R\$ 4 milhões a serem investidos na cidade do Crato, prejudicada pela enchente do canal do Rio Granjeiro em janeiro passado, o ministro enfatizou que o dinheiro já foi repassado para o Governo do Estado.

Em Fortaleza, o ministro conheceu algumas das novas instalações da sede do Dnocs, com destaque para a biblioteca, onde foram apresentados alguns volumes do Flora Brasiliensis restaurados. A obra do século XIX, resultado de uma expedição feita pelos cientistas alemães Carl von Martius e Johann Baptiste von Spix, é o estudo mais abrangente sobre a botânica do País. O Dnocs é um dos poucos locais que possui os 40 volumes do compêndio, restaurado pelos técnicos do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Protesto

Além de assessores e da direção-geral do Dnocs, o ministro foi recepcionado por um protesto de servidores em frente à sede da autarquia. Fernando Bezerra concordou em se reunir com uma comissão dos manifestantes, que entregou um documento pedindo a reestruturação do Dnocs e concurso público.

Segundo a coordenadora do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado (Sintsef), Ana Braga, é preciso recuperar o papel do Dnocs como gestor de recursos hídricos e executor de políticas de combate à desertificação, já que a atual direção tem priorizado apenas a construção de obras.

"Do que adianta a execução de obras se elas não cumprem o papel de levar água e alimentos para quem mais precisa? Atualmente, aqui no Ceará, estão construindo a segunda etapa dos perímetros irrigados do Tabuleiro de Russas e do Baixo Acaraú, sendo que as primeiras etapas produzem, em média, menos da metade do que poderiam. Hoje, temos 14 mil servidores aposentados ou pensionistas, enquanto apenas 1.800 continuam na ativa", afirma.

A sindicalista disse que o ministro se mostrou favorável a que o Dnocs assumira essa postura de gestão, e disse que a presidenta Dilma Roussef determinou que em 2011 fosse entregue os planos de reestruturação do Dnocs e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Sobre a permanência de Elias Fernandes na direção-geral do Dnocs, Fernando Bezerra disse que a decisão cabia à presidenta Dilma.

Plano de saúde

Na ocasião, também foi discutida a questão do plano de saúde dos servidores. De acordo com Ana Braga, a direção do órgão decidiu contra ter uma empresa para todos os servidores. Mas a Portaria Normativa nº 5 coloca que os servidores teriam direito a outras opções. Elias Fernandes não se manifestou durante toda a reunião.

MAIS INFORMAÇÕES

Dnocs
Avenida Duque de Caxias, 1.700, Centro
Fortaleza-CE. Telefone: (85) 3391.5100
<http://www.dnocs.gov.br>

[<volta>](#)

Veículo: Diário do Nordeste - CE

Data: 18/03/2011

Exportação cai 39% via Pecém

Mesmo com o recuo no bimestre, o Porto do Pecém continuou como o principal canal exportador do Ceará

O Porto do Pecém é o maior canal de escoamento dos produtos locais para o exterior. Porém, apesar do aumento de 7% nas exportações do Ceará no primeiro bimestre deste ano ante similar período do ano passado, a participação do porto teve uma queda significativa.

O volume gerado em divisas da ordem de US\$ 123 milhões acumulado entre janeiro e fevereiro de 2010 recuou para US\$ 74 milhões em iguais meses deste ano. Uma retração de 39%. Para se ter uma ideia, a participação do Porto do Pecém em tudo o que foi enviado para fora do País era de 61%, a mais alta entre 10 outros tipos de canais de exportação. Contudo, neste primeiro bimestre de 2011, não alcançou 35%.

Os dados são do Ceará em Comex, levantamento produzido pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fiec, com informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). O diretor Comercial da Cearáportos, Mário Lima Júnior, afirmou que não há (e não houve) problemas com o equipamento nesse período. "Todas as linhas do porto estão funcionando normalmente".

Ele preferiu não comentar o assunto mais profundamente porque ainda não teve acesso ao estudo. "Fica difícil falar agora, sem ter acesso aos números, mas podem haver várias explicações", disse, exemplificando, sobretudo, a questão do desequilíbrio maior do câmbio neste começo de ano, ou a provável negociação das frutas com valor agregado mais alto no início de 2010.

Primeira opção

Mesmo com o recuo, o Porto do Pecém continuou como o principal canal exportador do Ceará. Em seguida, aparece um item que representa as mercadorias que foram enviadas para outros países sem origem da saída declarada, que representam a expressiva quantia de US\$ 64 milhões, ou 30% de toda a exportação cearense. O Porto do Mucuripe ficou em terceiro, com 25% de participação. Por lá saíram na soma de janeiro e fevereiro deste ano o montante de US\$ 53 milhões, somente 5% acima do ao volume registrado em igual intervalo de 2010.

Somente no mês passado, o Estado somou US\$ 104,9 milhões em vendas a mercados internacionais, anotando a melhor marca para os meses de fevereiro na série histórica, conforme informou, com exclusividade, o Diário do Nordeste na última quarta-feira, 16.

Mais dados

Enquanto o avanço nas exportações durante o primeiro bimestre do Estado chegou a 7%, em similar período, no Brasil, a elevação foi esmagadoramente superior, com quase 36% de crescimento. A diferença de comportamento também ocorreu no saldo da balança comercial. Na contramão da média nacional, no Ceará, mais uma vez, as importações foram mais fortes. O acumulado até o mês passado é de déficit de US\$ 53 milhões.

Por outro lado, o preço médio das exportações cearenses atingiu o valor de US\$ 2,77 - o maior valor já alcançado nos últimos 10 anos.

Dessa forma, o Ceará subiu para 15ª colocação no ranking entre as unidades federativas, ultrapassando Pernambuco, que fechou fevereiro, com o acúmulo de US\$ 206 milhões exportados. A região nordestina, inclusive, foi a única do Brasil a não obter crescimento médio no total das exportações por regiões, e ficou com variação negativa de 0,2%. Bem diferente dos índices positivos de Norte (76,4%), Sudeste (40,5%), Sul (31,1%) e Centro Oeste (29,3%).

Produtos

Os setores de Calçados e Castanha de Caju continuaram dominando a pauta local vendida para fora do País. Os dois segmentos juntos representaram mais de 50% do total exportado. Em contrapartida, Calçados sofreu retração de 20% no período de comparação. Já os setores de Eletrônicos e Eletrodomésticos, Têxteis e Máquinas e Metal Mecânico são os únicos que apresentam do rol de principais itens em que as importações foram superiores ao que foi vendido, tornando, dessa forma, o saldo comercial negativado. O destaque nas compras cearenses foram algodão do tipo simplesmente debulhado, não cardado nem penteado (729%) e algodão não cardado nem penteado (536%). Ambos vieram da Argentina e EUA.

Comércio exterior

74 mi de dólares foi o volume gerado em divisas acumulado entre janeiro e fevereiro deste ano no Porto do Pecém, contra US\$ 123 milhões registrados em iguais meses de 2010.

Veículo: Diário do Nordeste -CE

Data: 18/03/2011

Usinas do Brasil passarão por testes

Rio de Janeiro O ministro brasileiro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou ontem que as usinas nucleares instaladas no País passarão por rigoroso teste de segurança a ser realizado por técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear e da Eletronuclear.

"No momento, vamos fazer uma avaliação, assim como os outros países também farão. O objetivo é testar a nossa segurança", disse. Segundo ele, esse processo não paralisará as obras para a construção de Angra 3.

Questionado sobre a continuidade do programa nuclear brasileiro e os planos de construção de quatro usinas até 2030, Lobão afirmou apenas que, no momento, os testes têm prioridade. O ministro também disse que não haverá mudanças para os produtores de urânio no País. Segundo ele, o governo continuará garantindo a produção.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou que possíveis mudanças no programa nuclear brasileiro dependem da definição de "novos protocolos internacionais de segurança". Ele também defendeu investimentos em outras fontes de energia.

"Felizmente, somos um país que tem alternativas. Acompanhamos com atenção o que ocorre no Japão, que, certamente, provocará debates sobre o futuro da energia nuclear. Novos protocolos surgirão e o Brasil exigirá todo o rigor do ponto de vista de segurança", disse.

Embora tenha dito que a energia nuclear sempre oferece riscos, Mercadante garantiu que Angra 1 e 2 "têm margem de segurança importante". O ministro explicou que, ao contrário do sistema japonês, o reator de Angra tem refrigeração independente e uma blindagem do prédio de contenção mais robusta.

"É inacreditável ter tanta segurança para construir uma usina e não ter na montagem dos geradores", criticou, referindo-se à usina de Fukushima.

Ele reiterou ontem que é importante não tomar medidas sem uma análise aprofundada de todas as implicações. Segundo Mercadante, existem atualmente 440 usinas nucleares em funcionamento no mundo há mais de 60 anos, e mais de 65 que estão em construção. "Então, a discussão internacional tem que ser feita com muito rigor", disse o ministro.

[<volta>](#)

Veículo: O Povo - CE

Data: 18/03/2011

DER é condenado a pagar mais de R\$ 3 milhões à construtora

O Departamento de Edificações e Rodovias do Estado do Ceará (DER) foi condenado nesta quinta-feira, 17, a pagar uma indenização de R\$ 3. 417.174,56 à construtora Varca Scatena, por danos materiais. Além deste valor, o DER ainda deve pagar R\$ 300 mil para

reparação moral da empresa. As informações constam no Boletim do Tribunal de Justiça do Ceará.

Em 2001, o DER – na época DERT (Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes) – realizou uma concorrência pública, da qual uma construtora seria escolhida para as reformas do Estádio Castelão. Na ocasião, a Varca Scatena saiu vencedora. Ambas as partes fecharam acordo em contrato no valor de R\$ 14.263.254,49.

Porém, depois do início das obras, o DER teria alterado algumas partes do projeto inicial da reforma. A construtora cobrou aditivos contratuais. O Departamento entrou com pedido de rescisão contratual. Após esta ação, em 2003, a Varca Scatena recorreu à Justiça, exigindo indenização por danos morais e materiais.

[<volta>](#)

Veículo: webtranspo.com.br

Data: 18/03/2011

PI: metrô receberá recursos do PAC

Projeto prevê cooperação de prefeitura e Estado

O metrô de Teresina, no Piauí, deverá passar por obras e aumentará sua capacidade de 12 mil passageiros diários para 50 mil. Para que isso aconteça o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) destinará R\$ 280 milhões para melhorar a infraestrutura do transporte urbano na cidade.

A capital piauiense apresentará duas propostas ao Governo Federal, uma do Estado e outra da prefeitura. De acordo com Mirocles Veras, coordenador estadual do programa Federal, o diálogo entre as duas instâncias governamentais é imprescindível. “Os dois projetos levarão em conta o 'Plano Diretor da Cidade', trabalharemos em conjunto para desenvolver a capital”, comentou.

A ampliação da estrutura já existente do sistema e aquisição de novos trens estará sobre responsabilidade estadual. Enquanto o pré-projeto municipal prevê as reformas e modernização nas estações, além da implantação de bicicletários, bilhetagem eletrônica, acessibilidade e construção de estacionamentos.

Há também a projeção da expansão da linha metroviária até o bairro Tancredo Neves. O projeto visa ainda a junção da linha metroviária com a Rodoviária Lucídio Portela, assim criando um terminal intermodal.

[<volta>](#)

Veículo: webtranspo.com.br

Data: 18/03/2011

Petrobras investirá R\$ 1,3 bi em unidade

Em parceria com a Cemig e o governo de Minas Gerais, a Petrobras assinará nesta quinta-feira, 17, um protocolo de intenções para a implantação de uma unidade de fertilizantes nitrogenados e um gasoduto na cidade de Uberaba.

De acordo com a estatal, UFN terá capacidade de produção de 519 mil toneladas por ano de amônia e irá consumir 1.257 mil metros cúbicos por dia de gás natural. A obra começará em fevereiro de 2012 e será concluída em dezembro de 2014.

Ao todo, serão investidos US\$ 1,3 bilhão na fábrica e serão gerados cinco mil empregos durante a construção, com um índice de nacionalização de 65%.

Localizada na região do Triângulo Mineiro - principal pólo de fertilizantes fosfatados do País - a unidade irá atender às demandas dos estados de Goiás, Mato Grosso e parte de São Paulo. O trabalho de sondagem para avaliação do solo e posterior terraplanagem começou em fevereiro.

Sobre a importância desse investimento, a Petrobras salienta que a amônia é matéria prima para a produção de mono-amônio-fosfato (MAP), um fertilizante binário que contém fósforo e nitrogênio, e que é utilizado, principalmente, nas culturas de milho, cana de açúcar, café, algodão, laranja, entre outros.

Com a implantação da UFN V, o país não necessitará mais de importar amônia, o que contribuirá para o saldo da balança comercial. No ano passado, a produção comercializável de amônia da Petrobras foi de 202 mil toneladas. Para complemento da demanda nacional foram importadas 278 mil toneladas, totalizando uma demanda de 480 mil toneladas.

[<volta>](#)

Veículo: webtranspo.com.br

Data: 17/03/2011

Setor ferroviário ganha novo impulso

Parlamentares criam grupo para debater melhorias

Com a premissa de discutir melhorias na legislação federal voltada para o setor ferroviário, o Congresso Nacional criada nesta quarta-feira, 16, a "Frente Parlamentar Mista das Ferrovias".

Com a adesão de 200 deputados e senadores, a comissão conduzirá ações - em parceria com órgãos, associações e entidades relacionadas ao segmento - com o objetivo de promover a cooperação entre o setor e o Legislativo, além de promover pesquisas com o objetivo de ampliar a malha brasileira.

Segundo as informações divulgadas, uma das propostas imediatas é discutir e revisar o marco regulatório ferroviário, criado há 14 anos. "Com o passar do tempo, algumas concessionárias desativaram projetos ferroviários. Por isso, temos que reativá-los", comenta o deputado Pedro Uczai, coordenador da frente parlamentar.

[<volta>](#)

Veículo: Porto Gente

Data: 18/03/2011

Mais engenheiros

Para tantas obras de infraestrutura, em ritmo, principalmente, de Copa 2014 e Olimpíadas 2016, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaboram programa para aumentar o número de engenheiros no País.

Déficit

Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, o Brasil tem um engenheiro para cada 50 formandos. Já a Coreia, diz Mercadante, tem um engenheiro para quatro formandos.

Gêmeos

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, avalia que a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, no próximo fim de semana ao Brasil, aponta para um novo patamar nas relações entre as duas nações. Ele disse que o Brasil quer uma relação de igual para igual, sem confrontação.

Culpada

Depois de quase dois anos, a Air France foi convocada para uma audiência nesta sexta-feira (18), depois de a construtora europeia Airbus ter sido considerada culpada por "homicídio involuntário" no acidente do voo 447 da empresa francesa no Oceano Atlântico.

Memória

O acidente ocorrido em 2009 com o voo 447 da Air France matou 228 pessoas. O Airbus 447 caiu no Oceano Atlântico, entre o Nordeste brasileiro e o Senegal, sendo o pior acidente da história da Air France.

Mais uma

A senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) participou do 22º Fórum Nacional da Soja e criticou problemas em logística e os preços dos produtos brasileiros, além das cargas tributárias incidentes sobre eles.

De quem é a culpa

Diz a parlamentar que apenas nas estradas a perda de produção chega a duas sacas por caminhão. "Não é culpa do agricultor. Estamos com máquinas que têm precisão incrível com GPS, cálculo para distribuir sementes, adubo, e o caminhão de transporte vai espalhando soja até chegar ao porto. O governo não cuida disso, ou é o caminhão que não tem a qualidade necessária para evitar essa perda, ou é o buraco na estrada".

Felicidade

O secretário de estado de Logística Intermodal de Transportes de Mato Grosso, Francisco Vuolo, informa que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) agilizará a entrega das licenças ambientais para a construção do trecho ferroviário entre os municípios de Itiquira e Rondonópolis, em Mato Grosso.

Chão de porto

Os acidentes no Porto do Pecém acontecem, segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado, por essas razões: falta de qualificação e treinamento profissional, jornada de trabalho excessiva e pressão.

Lado oficial

O diretor comercial da CearáPortos, Mário Lima, contra argumentou que as empresas terceirizadas no Porto são fiscalizadas sempre.

Piada pronta

Já o sindicato que "representa" os trabalhadores que estavam nas obras da hidrelétrica do Jirau, em Rondônia, disse que não tinha recebido nenhuma denúncia da categoria sobre as péssimas condições de trabalho oferecidas pela empreiteira Camargo Correa.

Terra arrasada

Nos últimos dias, o canteiro e os alojamentos foram destruídos e os trabalhadores saíram a pé pela estrada para irem embora. Por conta disso, a obra está paralisada.

Propositivo

A presidenta Dilma Rousseff e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, estão se entendendo sobre investimentos em obras de infraestrutura no estado.

Menina dos olhos

O governador paulista quer dinheiro da União para concluir o rodoanel metropolitano, com 170 quilômetros de extensão ligando o Aeroporto Internacional de Cumbica ao Porto de Santos.

[<volta>](#)

Veículo: Agência Estado

Data: 18/03/2011

Inflação da construção civil sobe 7,38% em 12 meses

Altas mais expressivas na 2ª prévia do IGP-M foram registradas em vergalhões e arames de aço ao carbono (1,56%), ajudante especializado (0,38%) e projetos (1,16%)

RIO - A inflação na construção civil medida pelo INCC-M acumula aumentos de 1,14% no ano e de 7,38% em 12 meses, até a segunda prévia do IGP-M de março - sendo que o INCC representa 10% do total do IGP-M. A informação foi divulgada há pouco pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De acordo com a FGV, a desaceleração na taxa do INCC-M, da segunda prévia do IGP-M de fevereiro para igual prévia em março (de 0,42% para 0,37%) foi influenciada por um cenário de inflação menos pressionada em materiais, equipamentos e serviços (de 0,67% para 0,56%), no período.

Entre os produtos pesquisados, a FGV informou que as mais expressivas altas de preço na construção civil na segunda prévia do IGP-M de março foram registradas em vergalhões e arames de aço ao carbono (1,56%); ajudante especializado (0,38%); e projetos (1,16%).

Já as mais expressivas quedas de preços foram registradas em tubos e conexões de ferro e aço (-1,21%); mármore e granito trabalhados (-0,18%); e compensados (-0,10%).

[<volta>](#)

Veículo: Diário do Nordeste - CE

Data: 18/03/2011

Operários querem reajuste salarial

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza e Região Metropolitana (STICCRMF) realizou passeata, ontem à noite, para reivindicar melhores condições salariais e de trabalho. Um trailer, acompanhado por carros e inúmeros homens e mulheres, percorreu a Av. Desembargador Moreira, da Praça Portugal até a Praça da Imprensa, onde foi realizada uma assembleia.

A principal reivindicação é o aumento de 25% sobre o salário dos operários. O Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon/CE), no entanto, oferece 6,4% de reajuste. Nos cartazes que os trabalhadores carregavam, estavam as seguintes frases: "Cesta básica já" e "Plano de saúde para todos". Isso porque, segundo Nestor Bezerra, coordenador geral do sindicato dos trabalhadores, os operários não possuem tais benefícios. "Nossas condições de trabalho e alimentação são muito precárias. Esperamos que os empresários reflitam e garantam nossos direitos", disse.

Raquel Dias, da executiva estadual da Central Sindical e Popular - Conlutas (CSP), ressaltou na reunião que o Ceará é o estado nordestino que mais cresce no setor da construção civil, estando acima da média nacional. "Fortaleza, por exemplo, tem se tornado um canteiro de obras. Parte desses lucros devem ser repassados aos trabalhadores. Nossas reivindicações são mínimas", afirmou.

Na assembleia, ficou combinado entre os representantes do Sindicato dos Trabalhadores e os empresários que, hoje, uma nova conversa deve acontecer. Conforme explicou Nestor Bezerra, os operários não estão dispostos a aceitar outro reajuste que não seja o de 25%.

Eles lutam, ainda, pela redução da carga horária de trabalho para 40 horas semanais (atualmente, é de 44). De cima do trailer, Nestor incentivava os construtores civis a repetir: "Se o patrão não negociar, Fortaleza vai parar". O Diário do Nordeste telefonou diversas vezes para os representantes do Sinduscon, mas os telefones estavam desligados.

[<volta>](#)

Veículo: DCI

Data: 18/03/2011

Vagas para construção civil e indústria têxtil

são paulo - Na segunda-feira, dia 21, inicia-se a seleção para o preenchimento de 652 vagas nos setores da construção civil e indústria têxtil. Essas oportunidades de emprego estão disponíveis nas unidades do Centro de Apoio ao Trabalho (CAT) e o processo seletivo

permanece será até o sábado, dia 26. O setor da construção civil está precisando de azulejista, eletricista, encanador, encarregado de obras, pedreiro, pintor, serralheiro, soldador e marceneiro. O salário oferecido varia conforme função e construtora contratante.

Já para a indústria têxtil existe uma maior concentração de ofertas para a função de costureiras, mas também há vagas para arremateira, auxiliar de costura e cortador de roupas, com remuneração de acordo com a função. Interessados devem apresentar comprovante de cursos e experiência de pelo menos seis meses.

Candidatos podem comparecer ao CAT mais próximo. Informações:
www.prefeitura.sp.gov.br/trabalho , ou pelo telefone 156.

[<volta>](#)

Veículo: Correio do Estado - MS
Data: 18/03/2011

Funtrab abre vagas para engenheiro civil e arquiteto

Nesta semana, a Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) divulga oportunidades na área da construção civil para serem preenchidas com urgência.

Há vagas de empregos para engenheiro civil e arquiteto. Além dessas, existem ocupações na construção civil em que os candidatos devem ter experiência em contramarco e veículo próprio, que são para mestre de obras, encarregado de montagem e serralheiro.

Os interessados podem realizar o cadastro pela internet. Basta acessar o site www.funtrab.ms.gov.br e à direita da página inicial, clicar no "Portal MTE Mais Emprego", com os seguintes documentos: RG, CPF e Carteira de Trabalho. Mais informações pelo telefone é 3320-1400.

[<volta>](#)